



## EM NOME DA ÉTICA

Em linha com um dos temas mais quentes da actualidade política, o Presidente da República decidiu este ano colocar a tónica do seu discurso comemorativo da Implantação da República, nos imperativos da ética republicana ao chamar a atenção para a equidade social na definição de medidas e para a credibilidade dos agentes políticos e das instituições. O Chefe de Estado não se limitou a falar da necessidade de coerência entre as proclamações e as práticas, mas foi mais longe ao afirmar que “aqueles que foram escolhidos pelos seus concidadãos são os primeiros a terem, pelos seus actos e pelos seus comportamentos, o dever de prestigiar e valorizar as instituições da democracia representativa”. Por isso, o rigor ético, a autoridade moral e a credibilidade pessoal são essenciais para “aqueles que desempenham cargos públicos”. Jorge Sampaio anunciou que estará “reforçadamente vigilante” na defesa dos princípios fundadores de uma visão humanista e solidária, para que o exercício do poder tenha como objectivo “o bem comum e não o benefício deste ou daquele grupo de interesses e jamais o proveito próprio daqueles que exercem funções públicas”. Do ponto de vista externo, defendeu a absoluta necessidade de um maior equilíbrio da ordem internacional.

► Página 5

### LÍDERES SOCIALISTAS EM LONDRES

## FERRO REAFIRMA OPOSIÇÃO A ATAQUE UNILATERAL CONTRA IRAQUE

“Há uma situação clara e consensual de que toda a pressão deve ser canalizada para o desarmamento do Iraque, e qualquer solução militar tem de ser aprovada pelas Nações Unidas. Ninguém defende o unilateralismo”, afirmou o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, numa reunião dos líderes socialistas europeus realizada em Londres, na residência oficial do primeiro-ministro britânico, Tony Blair.

► Página 7

### CÓDIGO DO TRABALHO

## SINDICALISTAS DO PS CONTRA REGRESSO AO PASSADO

Os sindicalistas do PS vão dar forte luta ao Governo na revisão da Lei de Bases da Segurança Social e no Código do Trabalho. A promessa foi deixada no passado fim-de-semana em Oeiras, durante uma reunião da Corrente Sindical Socialista da CGTP, em que também participou o secretário-geral da UGT, João Proença.

► Página 4

### ENTREVISTA A JOEL HASSE FERREIRA

## UM ORÇAMENTO PARA A RECESSÃO

Vassalo de dogmas liberal-conservadores há muito ultrapassados, o Governo propõe para 2003 um Orçamento de Estado (OE) que relança o desemprego e cria condições ideais para uma recessão já a curto prazo.

Joel Hasse Ferreira critica, em entrevista ao “Acção Socialista”, a “cegueira orçamental” do Executivo, ao mesmo tempo que qualifica como “erro” o depósito de todas as esperanças de reanimação económica numa variação positiva ao nível das exportações.

Para o deputado socialista coordenador da área das finanças, a proposta de OE carece de medidas efectivas de combate à fraude e evasão fiscais, beneficiando magnatas, sacrificando desfavorecidos, pelo que é socialmente injusta e imoral.

Quanto ao “choque fiscal”, Durão Barroso meteu-o na gaveta, para o prometer de novo na próxima campanha.

► Páginas 10 e 11



# A SEMANA REVISTA

O secretário-geral do Partido Socialista presidiu à reunião semanal do Secretariado Nacional.

Em conferência de Imprensa, António Costa deu a conhecer a posição do PS face ao OE para 2003. Obviamente, reprove-se.

Ferro Rodrigues esteve presente no encerramento da Convenção autárquica concelhia do Barreiro onde apelou aos valores da ética republicana e voltou a pedir a demissão do ministro Paulo Portas.

Para assinalar a revolução de 5 de Outubro, a Concelhia de Alenquer organizou um jantar onde esteve presente o líder do PS, Ferro Rodrigues.

Fértil em acontecimentos, 5 de Outubro foi também o dia que se realizou o Encontro de Freguesias do Baixo Alentejo, que contou com a presença de autarcas socialistas dos distritos de Beja e de Setúbal e do dirigente nacional José Augusto Carvalho.

A corrente socialista da CGTP-IN esteve reunida durante o fim-de-semana para analisar a actual situação política, social e laboral. No encerramento dos trabalhos, Paulo Pedroso afirmou que o anteprojecto de Código do Trabalho apresenta "sinais de regresso ao passado".

Ferro Rodrigues participou num jantar-recepção oferecido por Jorge Sampaio ao Presidente de Timor, Xanana Gusmão.

Ferro Rodrigues e António Guterres participaram em Londres numa reunião do Partido Socialista Europeu (PSE). A preparação da cimeira de 24 e 25 de Bruxelas e a ascensão da direita ao poder na Europa, foram os temas debatidos.

Promovido pela Comissão Política Concelhia da Amadora, decorreu na passada terça-feira uma conferência subordinada ao tema "O PS, Portugal e o futuro", que contou com a presença de António Costa.

Uma delegação do Partido Socialista, composta por Almeida Santos, António Costa e Vera Jardim, foi hoje recebida pelo Presidente de Timor, Xanana Gusmão, em Lisboa.

Realiza-se hoje na Secção do PS/Benfica um debate sobre os Estatutos com a participação de Vitalino Canas e Dias Baptista.

O secretário-geral do Partido Socialista esteve presente na sessão solene comemorativa do 150º aniversário do MOP, no Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

## A BANHEIRA

ANTONIO COLAÇO

"TODOS OS BARCOS BAIXAM  
QUANDO A MARÉ BAIXA  
TODOS OS BARCOS SOBEM  
EM TEMPO DE MARÉ ALTA.  
DEPOIS DA MARÉ BAIXA VIRÁ  
A MARÉ ALTA"

*Durão Barroso, Público, 7 de Outubro de 2002*



**Se não há ética, como todos já percebemos, ao menos que haja uma réstia de moralidade. Com que moral nos pedem para apertarmos o cinto, para aceitarmos de bom grado que nos aumentem os impostos e baixem os salários, se nas terras do bom exemplo é um faltar vilanagem?**

À falta de melhor, o primeiro-ministro pronuncia-se prontamente sobre a suspensão das obras no estádio da Luz, e com grande desenvoltura, aquela que não teve na hora de comentar as lúcidas palavras do Presidente da República nas comemorações do 5 de Outubro.

Se em tese, como concordou a vice-presidente da Assembleia da República, a insuspeita Leonor Beleza, as afirmações de Jorge Sampaio são de uma clareza meridiana, então porque não se extraem todas as consequências daquilo que o Chefe de Estado disse na passagem dos 92 anos da implantação da República? A razão só pode ser uma. A do autismo de Durão Barroso e dos altos dirigentes do PSD e do PP que preferem a consagração da hipocrisia política à ética republicana. Desconhecedores, por certo, das regras da hermenêutica, são incapazes de interpretar, por isso, uma alocução em que nada do que interessava ficou por dizer. Para o primeiro-ministro tudo se resume à maioria parlamentar que sobranceiramente dita as regras, e à tentativa de entrar no Guinness por pretender bater o recorde das idas à Assembleia da República, como se isso por si só bastasse para robustecer a democracia.

E ainda lhe sobra tempo para vistosas inaugurações no aeroporto na Madeira, donde nos chega "o exemplo" de Alberto João Jardim. Ponha-se aqui os olhos e veja-se como em tempo de vacas emagrecidas se engorda, e de que maneira, o orçamento regional, numa arrogante demonstração de favorecimento partidário e confrangedora cobardia política. Os 75 milhões de euros que Durão Barroso atribui à Madeira, sem dar igual tratamento aos Açores, representam exactamente o valor do limite de endividamento reivindicado pelo PSD da região, o mesmo é dizer, correspondem ao preço da aprovação do Orçamento de Estado para 2003 pelos deputados social-democratas madeirenses. Para além desta afronta, os dirigentes do PSD deu-lhes agora para inventar ovos de

EDITORIAL

# A CONSAGRAÇÃO DA HIPOCRISIA



SILVINO GOMES DA SILVA

*Silvino Gomes da Silva*

Colombo. Depois do Parque Mayer em Lisboa, no Funchal descobriram a forma de tornear o problema do limite do défice. Assim, o Governo Regional da Madeira vai poder avaliar empréstimos de sociedades de capitais públicos que se substituem às autarquias regionais e aos próprios órgãos da região, numa clara manobra de desorçamentação. É obra! É com estes desmandos que nos pretendem dar lições de rigor e de verdade das contas públicas. Se não há ética, como todos já percebemos, ao menos que haja uma réstia de moralidade. Com que moral nos pedem para apertarmos o cinto, para aceitarmos de bom grado que nos aumentem os impostos e baixem os salários, se nas terras do bom exemplo é um faltar vilanagem?

Ao contrário do que afirma Durão, ao melhor estilo de monsieur de La Palisse, as marés só são baixas para alguns. Pelos vistos, talvez por se tratar de uma ilha muito especial, lá é sempre maré alta.



FINANÇAS PÚBLICAS

# PS CONTRA ORÇAMENTO DE RECESSÃO E DESEMPREGO

**O PS, pela voz do seu líder parlamentar António Costa, anunciou que irá votar contra o Orçamento de Estado para 2003 na generalidade, porque "não contribui de forma decisiva para promover o desenvolvimento económico indispensável à consolidação das finanças públicas, que provavelmente não conseguirá", sacrificando "a economia, o emprego e a solidariedade".**

Salientando que para o PS "a prioridade ao crescimento económico e o reforço da competitividade da nossa economia são condições essenciais para a consolidação das finanças públicas", António Costa adiantou que o PS está disponível para "trabalhar intensamente na apresentação de propostas de alteração na especialidade, que melhorem significativamente o Orçamento de Estado de 2003".

"Da resposta que a maioria parlamentar der a esta nossa abertura dependerá a posição que o PS assumirá na votação final global", explicou. Em conferência de Imprensa, António Costa, que se encontrava acompanhado por Elisa Ferreira e Joel Hasse Ferreira, sublinhou que com este Orçamento "acentua-se fortemente o ambiente de crise e nada de bom se pode esperar

no que respeita à recuperação dos indicadores de confiança das empresa e das famílias", porque "não consegue estimular o investimento privado o qual, apesar dos importantes apoios comunitários, praticamente estagna no cenário assumido pelo próprio Governo".

Por outro lado, referiu António Costa, "esta proposta de Orçamento acentua a desigualdade na distribuição dos sacrifícios pedidos aos portugueses", porque "reforça a injustiça fiscal, desvaloriza as políticas sociais, e nada de novo traz no combate à fuga dos mais ricos e poderosos às suas obrigações fiscais".

O líder da bancada socialista criticou ainda o facto de o Orçamento não proceder a uma "equilibrada opção da distribuição da despesa, preferindo cortes cegos e opções erradas a uma selectividade socialmente sensível e

economicamente virtuosa".

É que, sublinhou, "a política de contenção na despesa pública que não contestamos, não pode ser cega face ao futuro", acrescentando que "a forma como nesta proposta são tratados os sectores da educação, ciência e cultura e ambiente faz-nos temer que a concretização deste Orçamento venha a ter efeitos muito negativos na qualificação e na qualidade de vida dos portugueses".

António Costa negou, por outro lado, que este Orçamento seja de rigor, como afirma o Governo, referindo que o Governo prepara-se para privatizar as receitas do notariado, "sem qualquer efeito de simplificação para os cidadãos, com isso provocando uma perda de receita que poderá ultrapassar os 200 milhões de euros de receita por ano".

Por isso, frisou, "o Orçamento para 2003 longe do rigor, eficácia e justiça é um Orçamento de recessão, desemprego e desigualdade".

A concluir a conferência de Imprensa, o ex-ministro da Justiça do Governo PS salientou que com esta proposta de lei de Orçamento de Estado fica clara a oposição entre duas políticas alternativas, uma defendida pelo PS, "que dá prioridade ao crescimento económico em solidariedade e ao reforço da competitividade da nossa economia com investimentos em infra-estruturas e na qualificação dos recursos humanos, factores essenciais para a consolidação das finanças públicas", e outra, do Governo PSD/CDS, "que despreza a economia, sacrifica o emprego, o investimento e a solidariedade em nome da consolidação das finanças públicas".

J. C. CASTELO BRANCO

## CÓDIGO DO TRABALHO

# SINDICALISTAS SOCIALISTAS CONTRA REGRESSO AO PASSADO

**Os sindicalistas do PS vão dar forte luta ao Governo na revisão da Lei de Bases da Segurança Social e no Código do Trabalho. A promessa foi deixada no passado fim-de-semana em Oeiras, durante uma reunião da Corrente Sindical Socialista da CGTP, em que também participou o secretário-geral da UGT, João Proença.**

No primeiro encontro nacional da corrente socialista da CGTP, Carlos Trindade, que foi eleito coordenador desta estrutura, acusou o Governo PSD/PP de querer "destruir o Estado social impulsionado pelos governos do PS", referindo ser necessário "uma luta dura contra a revisão da Lei de Bases da Segurança Social e a proposta de Código do Trabalho", que, frisou, "só foram elaborados para reforçar o poder dos privados e beneficiar os patrões".

Por outro lado, Carlos Trindade defendeu que "o PS tem de olhar mais para o mundo do trabalho para perceber melhor os problemas que a classe trabalhadora enfrenta e para defender os seus interesses", acrescentando que os militantes sindicais socialistas querem "ser reconhecidos institucionalmente dentro do PS".

No plenário, onde ao longo dos dois dias de trabalhos o anteprojecto de Código do Trabalho e as alterações à Lei de Bases da Segurança Social foram alvo de duras críticas dos activistas sindicais, foram aprovados o Programa, o Regulamento e a Declaração de Princípios da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN, bem como uma moção sobre a situação político-sindical em que, entre outros pontos, foi decidido "defender que ao nível do PS, seja desenvolvida uma maior e mais profunda acção política de confronto à prática antilaboral do actual Ao intervir na sessão de encerramento do plenário nacional da Corrente Sindical Socialista da CGTP-IN, o porta-voz do PS, Paulo Pedroso, afirmou que o anteprojecto de Código do Trabalho, "é extremamente negativo a vários títulos", apresentando "sinais de regresso ao passado", defendendo ainda que o partido "tem de investir mais na relação com o mundo do trabalho".

Paulo Pedroso não poupou críticas a Bagão Félix, que acusou de "falácia" por pretender passar a ideia de que o novo Código do Trabalho aumentará a produtividade, lembrando que "não é a legislação laboral que faz a produtividade", mas sim um conjunto de factores como a capacidade de gestão das empresas, a formação e a qualificação, entre outros.

O dirigente nacional do PS disse ser "chocante e inaceitável" o anátema que o ministro está a lançar contra os trabalhadores, ao afirmar que a proposta governamental visa combater os trabalhadores absentistas e fraudulentos.



Por outro lado, manifestou-se contra a concepção "lógica civilista" do Código, que "voltar a tratar o trabalhador como mercadoria", explicando que a lógica da autonomia do Direito do Trabalho, em contraponto ao Direito Civil, tem a ver com o facto de na altura da celebração de um contrato de trabalho "não há uma relação de igualdade, há uma parte mais fraca, o trabalhador, que precisa de ser defendida".

"É um anteprojecto que contém sinais de regresso ao passado", acusou o porta-voz do PS, que criticou os contratos a termo por tempo indefinido, o que levará à generalização da precariedade, as novas dificuldades criadas ao trabalhador-estudante, e as ameaças aos sindicatos, "alargando o direito de negociação às Comissões de Trabalhadores".

Paulo Pedroso disse ser necessário defender o



movimento sindical, porque, sublinhou, "o trabalho é mais justo onde os sindicatos são mais fortes".

Também o Orçamento de Estado (OE) para 2003 mereceu duras críticas de Paulo Pedroso, que disse ser um documento de "incumprimento de obrigações e de novos sacrifícios para os mesmos

de sempre", prevendo, nomeadamente, "um cenário pessimista a nível de emprego, com o aumento das despesas afectas ao subsídio de desemprego".

Segundo o porta-voz do PS, este OE confirma que "Portugal está à beira de uma crise económica e não tinha que estar", acusando ainda o Governo de

Na sua intervenção, Paulo Pedroso abordou também o caso Portas-Moderna, sublinhando que "há comportamentos que minam a confiança nos órgãos políticos", criticando, nomeadamente, o "desprezo" que o ministro da Defesa demonstrou por um órgão de soberania, ao recusar-se a comparecer na Assembleia da República. Baseando-se no relatório da PJ, o dirigente socialista disse que na Amostra "foi repetidamente violada a legislação do trabalho". Dirigindo-se em particular aos militantes sindicais socialistas, Paulo Pedroso considerou que "o PS tem de investir mais na relação com o mundo trabalho", defendendo que no interior do partido "deve haver uma tendência sindical socialista sem referência a qualquer central".

## Ministros ao serviço dos grandes grupos financeiros

No plenário nacional de activistas da corrente sindical socialista da CGTP-IN em que foi debatida a situação político-sindical, o dirigente nacional do PS Joel Hasse Ferreira abriu os trabalhos com uma intervenção em que acusou o actual Governo de ser "o mais reaccionário do pós-25 de Abril" e de ter no seu seio "ministros que se comportam como mordomos de grandes grupos financeiros minando com a sua acção política, nomeadamente, a sustentabilidade financeira do sistema de Segurança Social que tinha sido assegurada pelos governos do PS".

Joel Hasse Ferreira referiu que o Orçamento de Estado para 2003 tem "uma perspectiva pura e simples de cumprir o défice, sem qualquer visão ou projecto de futuro", no quadro de "uma política de total subordinação da economia às finanças". O deputado do PS passou depois em revista alguns dos pontos mais negativos do Orçamento de Estado, tais como "a redução drástica do investimento público; a estagnação do investimento privado; a ausência de medidas específicas de combate à evasão e fraude fiscais; a mexida nos escalões do IRS; a diminuição das verbas destinadas à área económica e social; e a perda de emprego".

Num contexto marcado por um feroz ataque às funções sociais do Estado e os direitos dos trabalhadores, "em que à custa da produtividade procura-se restabelecer o poder do patronato mais reaccionário", Joel Hasse Ferreira disse estarem criadas as condições para a "convergência das forças sindicais" para fazer face a esta ofensiva que "é o pior do cavaquismo".

J. C. CASTELO BRANCO

## ECONOMIA

# COMPRESSÃO DE SALÁRIOS É INCOMPATÍVEL COM DEMOCRACIA

O processo de desindustrialização a que estamos a assistir em Portugal é o resultado de 40 anos na via dos baixos salários, afirmou João Cravinho, presidente da Comissão Parlamentar de Economia e Finanças.

Falando na audição de uma delegação do Conselho Económico e Social (CES), liderada pelo Presidente do CES, José Silva Lopes, e que se realizou a semana passada, Cravinho assinalou que há quatro décadas que todos os anos os salários são apresentados como o grande factor de acomodação da competitividade a curto prazo e não saímos disto.

"Julgo que não é possível continuarmos nesta via", afirmou o ex-governante socialista, que considerou "incompatível com o sistema democrático" a compressão dos salários reais para validar a estrutura de tecnologia que existe.



JORGE SAMPAIO

# EM NOME DA ÉTICA REPUBLICANA

“Os portugueses têm de confiar que as políticas públicas se lhes dirigem”, da mesma forma que “têm de confiar no rigor ético, na autoridade moral e na credibilidade pessoal daqueles que desempenham cargos públicos”, disse o Presidente da República, Jorge Sampaio, nas celebrações do 5 de Outubro, que se realizaram em Lisboa.

O Presidente da República não referiu ninguém em particular na sua alocução, mas ao ouvir as suas palavras era impossível não pensar no ministro de Estado e da Defesa, Paulo Portas. Aliás, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, foi uma das muitas individualidades a fazer precisamente essa interpretação, voltando a dizer que “em nome da dignidade das instituições, o ministro Paulo Portas já devia ter-se demitido”.

“Aqueles que foram escolhidos pelos seus concidadãos são os primeiros a terem, pelos seus actos e pelos seus comportamentos, o dever de prestigiar e valorizar as instituições da democracia representativa”, disse Jorge Sampaio.

Numa altura em que são cada vez mais as vozes, inclusivamente dentro do PSD, a exigirem a demissão de Paulo Portas, ainda por cima depois de se ter criado a expectativa de que o Presidente abordaria a questão nas cerimónias do 5 de Outubro, é impossível não associar as suas palavras ao membro do Governo que tem tido o comportamento mais opaco.

As palavras de Jorge Sampaio são particularmente expressivas ao referir-se à necessidade de reformas políticas e institucionais no nosso país. “A reforma essencial é, sobretudo, a das práticas, de comportamentos e modelos de relacionamento entre governantes e governados. E aí faz-nos falta uma cultura de responsabilidade, de rigor, de transparência e prestação de contas, de coerência entre as proclamações e as práticas. Os responsáveis políticos têm de colocar-se a si mesmos os mais elevados padrões de exigência”, disse o Presidente.

Mais uma vez, é impossível não pensar que aquelas palavras têm um destinatário objectivo. E embora seja uma declaração que pode ser entendida em abstracto, isto é, que funciona como uma mensagem de natureza preventiva, a verdade é que, na actual conjuntura, ela só pode ter um destinatário. Mesmo sem dizer quem ele é, todos pensam numa só pessoa. É impossível pensar noutras. E perante a dúvida e o insuportável peso da suspeita, uma atitude digna de uma ética republicana genuína só poderia suscitar ao visado uma atitude. Cabe-lhe a ele assumi-la.

## Solidariedade e uma nova ordem internacional

Na sua intervenção, Jorge Sampaio debruçou-se também sobre as questões nacionais e internacionais, no primeiro caso para pedir reformas norteadas por valores humanistas e da solidariedade e, no segundo, para deixar algumas críticas à actual ordem internacional. “É nos momentos em que a realidade carece de



**FERRO RODRIGUES**

## “O MINISTRO DA DEFESA JÁ DEVEIA TER-SE DEDITIDO”

Em declarações após a cerimónia comemorativa oficial, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, disse que “só quem não esteve no salão nobre da Câmara Municipal é que não interpretou as palavras de Jorge Sampaio como uma referência ao caso Paulo Portas, e insistiu na sua demissão.

“Para a dignidade das instituições, como o referiu o presidente da Câmara, Santana Lopes, e por respeito com a democracia e a República, o ministro da Defesa já devia ter-se demitido”, afirmou o líder do PS

mudanças profundas que os cidadãos exigem que o Presidente da República esteja reforçadamente vigilante e atento aos valores que norteiam essas políticas, salvaguardando os princípios fundadores de uma visão humanista e solidária de justiça e de equidade social, que é aquela que sempre norteou a minha intervenção política”, afirmou.

Falando contra o poder das corporações, Sampaio afirmou que “o exercício do poder político tem como objectivo o bem comum e não o benefício deste ou daquele grupo de interesses e jamais, naturalmente, o proveito próprio daqueles que exercem funções públicas. Hoje, a capacidade que os governos dispõem de reformar políticas conducentes ao bem da comunidade está fortemente debilitada pela dimensão desmesurada da corporativização da sociedade portuguesa”.

O Presidente da República considerou ainda necessário “uma ordem internacional gerida de forma mais coerente nos princípios que a ela se aplicam”, dando o exemplo particular do Médio Oriente, “cujo horror diário” leva facilmente à conclusão de que “os actuais equilíbrios internacionais são impotentes para assegurar a paz, a estabilidade e os direitos fundamentais”.

Sobre a União Europeia, considerou fundamental falar-se a uma só voz. “Se a Europa quer ter, e eu acho que deve ter, uma palavra a dizer na Comunidade Internacional, tem de agir de forma concertada e tem de dispor de meios militares próprios de que hoje não dispõe. Não podemos querer ter uma política externa sem os meios para a sustentar”, afirmou.

CONVENÇÃO AUTÁRQUICA DO BARREIRO

# IRRESPONSABILIDADE TEM LIMITES

Tendo presente o discurso do Presidente da República proferido horas antes nos Paços do Concelho de Lisboa, o secretário-geral do PS referiu-se ao 5 de Outubro como o “dia em que a ética republicana é uma chamada principal das nossas preocupações”. Perante os autarcas do Barreiro que se reuniram em Convenção Concelhia, Ferro Rodrigues afirmou que “temos a autoridade ética, moral e política para dizer a determinados senhores que estão no Governo que já deviam ter feito a limpeza da casa”.



Renovando, uma vez mais, o pedido de demissão do ministro de Estado e da Defesa, Paulo Portas, o líder socialista considerou que a sua manutenção no Governo põe em causa a República e o Estado portugueses. Ao fazer o paralelismo com os governos do PS, Ferro Rodrigues sublinhou que “em seis anos nunca aconteceu nada parecido, nunca se viu alguém tão agarrado ao poder”. Reforçando a ideia de que nestes seis meses deu bem para perceber quanto a direita é “diferente para pior”, o secretário-geral traçou um quadro global da actuação do Executivo, para concluir que “a irresponsabilidade tem limites”, acrescentando, porém, que “o País e os portugueses merecem um Governo melhor do que aquele que temos neste momento”. Por isso, o secretário-geral dos socialistas tranquilizou os militantes do partido dizendo que “o PS aceita que eles governem, mas estamos preparados, se o País exigir, para ser chamados a governar”, mas sem “sermos levados pela demagogia e pelo populismo”. Classificando como “completamente cego” o Orçamento e Estado para 2003 proposto pelo Executivo PSD/CDS-PP, o líder socialista disse que o documento apresentado “é um programa de recessão que não estabelece prioridades mas ataca a economia”, ao mesmo tempo que promove o agravamento dos problemas sociais e económicos do País. “Não há possibilidade de combater o défice orçamental num quadro de recessão económica, como tudo leva a crer, com as medidas que estão a tomar em termos de política económica”, afirmou o secretário-geral do PS para quem a inexistência de um Ministério do Planeamento revela a ausência de uma política económica que pode deitar a “perder apoios financeiros comunitários pelos quais tanto nos batemos”.

A diminuição dos direitos dos trabalhadores vertida na proposta de Código Laboral que consubstancia “um atentado ao Direito do Trabalho”, a cedência da Segurança Social à penetração de interesses financeiros, a redução das contribuições do Rendimento Mínimo Garantido e do investimento público

foram pontos igualmente abordados por Ferro Rodrigues na sessão de encerramento da IV Convenção Autárquica do PS Barreiro. Falando para uma audiência de cerca de uma centena de pessoas onde se incluíam deputados eleitos pelo círculo de Setúbal, simpatizantes e militantes, que enchiam o auditório da Biblioteca Municipal do Barreiro, o secretário-geral do PS acusou ainda o Executivo de Durão Barroso de “total desprendimento e inércia”. “Nenhum problema foi resolvido. Vários problemas podem agravar-se”, sublinhou Ferro Rodrigues, que também classificou de “absurda” a corrida dos funcionários públicos

à Caixa Geral de Aposentações reveladora da “total irresponsabilidade financeira, social e política do Governo nesta área”.

### Barreiro terra de liberdade

A IV Convenção Autárquica do PS Barreiro destinou-se a reflectir sobre o programa municipal com que o partido venceu as últimas eleições autárquicas. Ambiente, planeamento urbano e desporto foram temas escolhidos para a reunião em que marcou presença o camarada Emídio Xavier, o presidente da Câmara do Barreiro. Para o novel edil, o primeiro presidente

socialista do Barreiro, os nove meses que leva à frente dos destinos do autarquia deram para mostrar que “conseguimos desbloquear o Barreiro”, cidade da qual pretende fazer “o centro da Área Metropolitana de Lisboa da Margem Sul”.

“Sonhámos e ganhámos”, afirmou Emídio Xavier logo no início da sua intervenção quando se referiu à vitória socialista neste bastião do PCP, para esclarecer que não havendo uma maioria na câmara a governabilidade do município é feita na base da indispensável “gestão de equilíbrios”. Valorizando o facto de “toda a gente se sentir livre nesta terra”, o presidente do município, além de sublinhar a obra já realizada, afirmou estar na “luta por novos equipamentos e novas infra-estruturas”, tendo a este respeito deixado o recado: “Esperemos que a senhora ministra da Finanças não nos feche agora a passagem de nível”.

Por sua vez, o líder da concelhia, Aires de Carvalho, anunciou a continuação das convenções temáticas e a realização de um Forum sobre o Quimiparque no contexto de uma reflexão profunda sobre a ideia de Cidade defendida pelo PS.

Outro dos intervenientes na sessão foi Paulo Pedroso, cabeça-de-lista do PS nas últimas legislativas pelo círculo eleitoral de Setúbal, que defendeu “a obrigação da marca de qualidade da gestão socialista”. Para o portavoz do PS, “a gestão comunista é o modelo do passado, enquanto a do PS corresponde ao futuro”. E tendo no horizonte o futuro do País, Paulo Pedroso deixou perante os autarcas do Barreiro a mensagem: “O nosso bom desempenho autárquico é a garantia da nossa vitória nas próximas legislativas”.





LÍDERES SOCIALISTAS EM LONDRES

# FERRO REAFIRMA OPOSIÇÃO A ATAQUE UNILATERAL CONTRA IRAQUE

“Há uma situação clara e consensual de que toda a pressão deve ser canalizada para o desarmamento do Iraque, e qualquer solução militar tem de ser aprovada pelas Nações Unidas. Ninguém defende o unilateralismo”, afirmou o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, numa reunião dos líderes socialistas europeus realizada em Londres, na residência oficial do primeiro-ministro britânico, Tony Blair. Nessa reunião, em que também participou António Guterres, na qualidade de presidente da Internacional Socialista, a crise do Iraque esteve no centro das atenções, tendo ficado claro que as próprias posições de Tony Blair, o mais forte e constante aliado dos Estados Unidos, estão hoje mais atenuadas. Com efeito, Ferro Rodrigues disse estar “satisfeito por ver que Tony Blair aprova uma solução pacífica” para a crise do Iraque. O secretário-geral do PS considerou também

que as recentes vitórias na Suécia e na Alemanha são de grande importância para o futuro do socialismo na Europa. No entanto, não deixou de lamentar que não tivessem sido introduzidas mais políticas social-democratas na altura em que os governos socialistas dominavam na Europa. Nesta linha, defendeu ser cada vez mais urgente uma posição europeia bem definida sobre o futuro e sobre os assuntos mundiais. Por sua vez, António Guterres considerou que os socialistas europeus “têm de reflectir seriamente sobre algumas aspectos e respostas às inquietações das pessoas, mas nunca optar pelo populismo, que só funciona uma vez e é a negação da verdade política”. A Convenção sobre o Futuro da Europa foi outro dos temas que esteve sobre a mesa, tendo inclusivamente contado com a presença de Giuliano Amato, vice-presidente da Convenção.

HABITAÇÃO

# SOCIALISTAS AVANÇAM COM REPOSIÇÃO DO CRÉDITO BONIFICADO

Jamila Madeira apresentou no Parlamento um projecto de lei que prevê a reposição do crédito bonificado na compra de habitação. O fim do crédito bonificado foi uma das medidas impostas pelo Governo de direita no orçamento rectificativo, e que de imediato teve a oposição do Partido Socialista e da Juventude Socialista. Recorde-se que a medida entrou em vigor no passado dia 30 Setembro. “O fim do crédito bonificado nada poupa aos cofres do Estado em 2002 ou 2003, nem apresenta poupanças significativas até ao final da presente década, pelo menos, que justifiquem a abolição deste regime”, denunciaram os socialistas na exposição de motivos do diploma entregue, no dia 3, à mesa da Assembleia da República pela secretária-geral da Juventude Socialista. No documento, os socialistas lembram a importância do crédito bonificado para “muitos milhares de cidadãos de menores recursos”, explicando que se impõe “a reposição da possibilidade de novas operações de crédito bonificado”.



A deputada do PS Jamila Madeira entregou ainda no Parlamento um outro projecto de lei que propõe a criação de uma base de dados onde constem as informações a prestar pelas instituições de crédito mutuantes em relação a cada um dos contratos

de empréstimo bonificado à habitação. Esta medida visa combater eventuais fraudes ao sistema, uma das razões, aliás, invocadas pelo Executivo Durão/Portas para pôr termo ao crédito bonificado.

ARQUITECTURA

# PS PROMOVE PETIÇÃO PARA LIMITAR AUTORIA DE PROJECTOS

A deputada socialista Helena Roseta, bastonária da Ordem dos Arquitectos, apresentou segunda-feira, na Assembleia da República, uma petição para limitar aos profissionais do sector a autoria de projectos arquitectónicos. A iniciativa foi apresentada pelo ex-primeiro-ministro Freitas do Amaral, também autor do texto da petição. Segundo Helena Roseta, a legislação em vigor “é anterior à revolução de 25 de Abril de 1974” e permite que “pessoas não qualificadas possam assumir responsabilidades que apenas podem ser detidas por arquitectos”. “Imagine-se um país em que os aviões não fossem pilotados por pilotos, ou em que as cirurgias não fossem feitas por médicos”, explicou Roseta.

**POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM**

# SOCIALISTAS DEFENDEM REFORMA FAVORÁVEL A PORTUGAL

Há muito que o PS vem defendendo a reforma da Política Agrícola Comum (PAC) porque o actual modelo, além de prejudicar objectivamente o nosso país, também não favorece o sector ao nível da União.

Ainda ministro da Agricultura, Capoulas Santos entendia que a proposta que estava a ser trabalhada pela Comissão Europeia era a que mais se adequava aos interesses nacionais. Assim, e em coerência, Capoulas advogou em favor da "alteração dos mecanismos de atribuição de subsídios, baseando-se na modulação, ou seja, numa redução progressiva dos montantes para aqueles que mais recebem".

Conforme explicou à Comissão Parlamentar de Agricultura e Pescas, reunida por ocasião da visita do comissário europeu para o sector Franz Fischler, a manutenção da PAC nos moldes actuais implica dar continuidade a uma política que dá 50 por cento do total das ajudas à Agricultura, no âmbito da União Europeia (UE), a apenas sete por cento dos agricultores comunitários.

Segundo Capoulas Santos, a reforma em cima da mesa resultaria num aumento de 80 milhões de euros por ano para o nosso país, consequência igualmente salientada pelo o comissário austríaco.

Numa análise à proposta apresentada por Franz Fischler, o antigo ministro socialista sublinhou



que, apesar do plano ter "as suas imperfeições, não deixa de ser uma boa base de trabalho para futuras negociações".

Segundo o ex-governante, é "positivo" que as ajudas passem a ser distribuídas de uma forma mais justa.

"O agricultor faz o que quer na exploração, a condição é cumprir regras de agricultura ambiental, premiando o factor emprego e a prática extensiva", explicou, confessando não compreender a actual resistência do Governo português à reforma da PAC.

É que, para Capoulas Santos, a atitude do Executivo de direita resume-se a exigir mais quotas e prémios unitários mais elevados.

"Se conseguir até bato palmas, mas a posição do ministro tem sido profundamente demagógica", afirmou, questionando "como é que se pode exigir mais se a UE tem um bolo comunitário que dificilmente crescerá porque os contribuintes não querem."

Na opinião do ex-governante, a estratégia do Governo devia ser diferente, pelo que sugere que o "bolo" seja dividido por quinze.

"Nós temos uma fatia que só é de 1,8 por cento, o que é obviamente pouco", disse, defendendo que "Portugal devia lutar por alterar as regras da distribuição das fatias, para que a sua pudesse crescer em detrimento dos que já têm muito", porque, "se as coisas ficarem como estão, será o mesmo bolo só que a dividir por 25", após o alargamento.

Capoulas Santos alertou para o facto de que uma resistência à reforma da PAC só vai resultar na manutenção do *status quo* e esse beneficia outros interesses que não os de Portugal.

Nesse sentido, também o comissário europeu da Agricultura e Pescas manifestou estranheza face a tão incompreensível e esmagadora resistência por parte da maioria dos deputados de um país que, frisou, "será beneficiado pelas mudanças que se preparavam".

Afinal, "Portugal vai receber mais dinheiro do que o que recebe agora", lembrou Franz Fischler, antes de acrescentar que até "o ministro português [da Agricultura, Sevinate Pinto] tinha essa percepção".

As declarações dos parlamentares do PSD, PP, PCP e BES foram interpretadas pelo comissário,

que esteve na Assembleia da República a semana passada, como sendo um "jogo" dos "grandes inimigos da PAC".

Fischler deixou um conselho em São Bento: prudência, pois "os senhores deputados estarão a traír os próprios interesses dos países da coesão."

## Bancos de terras chumbados

Entretanto, o projecto de lei do PS que propõe a criação de um banco de terras para futuro arrendamento e venda ao rendeiro foi chumbado quinta-feira pela maioria parlamentar, com o PCP e o BE a optarem pela abstenção.

Nitidamente desvalorizado pelas bancadas da maioria, cujos deputados abandonaram ostensivamente o hemiciclo durante a discussão do projecto, o PS, pela voz de Capoulas Santos, insistiu na defesa do banco de terras, cuja criação "impediria que os terrenos fossem adquiridos, para fins especulativos, por cidadãos estrangeiros".

O banco de terras, explicou Capoulas na sua intervenção, seria constituído pelos prédios rústicos e mistos que actualmente estão sob a gestão do Ministério da Agricultura, terrenos que ascendem a um total de 40 mil hectares.

Estes terrenos teriam como destino o arrendamento e a sua posterior venda aos rendeiros, "após um período de comprovada boa gestão", prosseguiu o deputado socialista.

A receita obtida pelo Governo seria usada na aquisição de novos prédios rústicos, que, depois, seriam também arrendados. **MARY RODRIGUES**

## CASO PJ

# FORMALIZADA COMISSÃO DE INQUÉRITO SOBRE ACTUAÇÃO DO GOVERNO

O PS formalizou no passado dia 2 o pedido de constituição de uma comissão de inquérito sobre a actuação do Governo em relação à Polícia Judiciária (PJ), iniciativa também apoiada pelo PCP e Bloco de Esquerda.

Face à oposição do PSD e do CDS-PP à realização do inquérito, os socialistas recorreram à figura regimental do direito potestativo, entregando na mesa da Assembleia da República as necessárias 46 assinaturas para tornar a obrigatoria a concretização da iniciativa.

Os parlamentares do PS visam aferir a responsabilidade do Governo sobre os factos que levaram "à demissão de dirigentes nacionais da PJ três meses depois da sua nomeação, ouvindo-se para o efeito os intervenientes no processo, bem como peritos no combate ao crime económico, financeiro e fiscal".

Assim, a bancada socialista pretende ver esclarecidos com rigor os contornos das demissões dos ex-directores-adjuntos da PJ pelo combate ao crime económico e ao banditismo.

Da actuação do Executivo, o PS quer ainda clarificar "os pressupostos e as circunstâncias que determinaram as nomeações e cessações das comissões de serviço" de Maria José Morgado e Pedro da Cunha Lopes, assim como as "orientações do Governo no âmbito do combate ao crime económico, financeiro e fiscal".

Segundo o Partido Socialista, "não está em causa a actuação da PJ enquanto tal, mas apenas a acção e a política do Governo para esta instituição, que tem a ministra da Justiça, Celeste Cardona, no topo da cadeia hierárquica, respondendo pelos seis próprios actos e pelos actos dos que agem sob a sua direcção".

## TELECOMUNICAÇÕES

# EXECUTIVO SEGUE ESTRATÉGIA SOCIALISTA PARA REDE FIXA

O Governo voltou a mudar de opinião. Desta vez, o primeiro-ministro decidiu aprovar a venda da rede fixa de telecomunicações à Portugal Telecom, um negócio que há apenas nove meses considerava uma "perversão".

O PS denunciou mais esta trapalhada governativa, durante o debate na generalidade sobre a proposta de alteração da lei de bases de telecomunicações, apresentada ao plenário da Assembleia da República pelo secretário de Estado do Orçamento.

O deputado socialista Ramos Pureto questionou o Governo sobre o que "mudou depois das declarações de Durão Barroso de Dezembro do ano passado", altura em que afirmou ser este negócio uma "operação condenável de todos os pontos de vista" e "uma perversão das regras de mercado".

Recorde-se que Barroso, em entrevista ao "Diário Económico" em Dezembro de 2001, condenava assim uma eventual operação de venda da rede fixa de telecomunicações à PT, afirmando não "querer acreditar que isso aconteça".

Segundo o secretário de Estado do Orçamento, o que se alterou nos últimos meses foi "a evolução significativa da tecnologia" e, afinal, a "eventual" venda da rede fixa de telecomunicações é a "única alternativa de assegurar a sua modernização". O Governo do PS tinha, mais uma vez, razão. **M.R.**





O Governo não quer assumir responsabilidades políticas nos casos da Polícia Judiciária (PJ) e da Universidade Moderna, deixando Portugal moral e eticamente de "tanga". A denúncia foi feita pela vice-presidente da bancada do PS Elisa Ferreira, a semana passada, na Assembleia da República. Os casos da PJ e da Moderna foram levantados

em plenário parlamentar pela ex-ministra do Planeamento porque é preciso empreender "um combate sério à fraude e à evasão fiscal". "Seja qual for o desfecho dos processos, os lamentáveis episódios das demissões e nomeações na PJ e da Universidade Moderna são fatais aos olhos dos cidadãos", afirmou a deputada socialista, antes de avisar que

**ELISA FERREIRA ACUSA**

# PORTUGAL MORAL E ETICAMENTE DE TANGA

"enquanto a grande fraude dos poderosos e a pequena fraude do cidadão comum forem a norma, não haverá solução para o problema orçamental português".

Elisa Ferreira sustentou ainda que, no caso da Universidade Moderna, Portugal ficou a saber que "ter sentido de Estado é compatível com a montagem de estruturas empresariais onde a norma é a fuga ao fisco" e que "não é preciso pagar impostos na proporção daquilo que se ganha mas apenas na medida daquilo que as Finanças descobrem".

"O País ficou a saber que pagar impostos não é uma obrigação moral e cívica" e que "fugir-lhes é uma arte legitimada desde que se domine a arte da fuga, arte que cada dia mais e melhores artistas dominam", acrescentou a vice-presidente do GP/PS.

Na sua intervenção, Elisa Ferreira criticou ainda os hipotéticos sinais de desconfiança transmitidos pelo Executivo de direita aos agentes económicos e lamentou que "Portugal esteja a divergir em 2002 relativamente à média da União Europeia".

M.R.



Estabelecer um *ranking* para as escolas "não é a forma mais inteligente de conhecer o sistema educativo". Este o comentário imediato da deputada socialista Ana Benavente ao analisar o sistema preconizado pelo Governo para avaliar o desempenho das escolas, uma vez que pretende "comparar o incomparável". Trata-se da "forma mais pobre de olhar as escolas", afirmou a coordenadora pelo PS da comissão parlamentar de Educação, que objectou haverem "demasiados problemas no sistema, da responsabilidade do Governo, para que as escolas possam ser culpadas, interrogadas e questionadas pela mesma bitola". Para Ana Benavente, é urgente que o ministro da Educação explique concretamente o que vai fazer com as últimas 300 escolas da lista divulgada. "É preciso saber se vai dar apoios, quais e quando", disse Benavente, que classificou os

*rankings* das escolas como "uma espécie de novo-riquismo dos liberais".

"Estão a brincar com coisas sérias", declarou, defendendo que o processo deveria ser feito ao contrário, ou seja, "primeiro estabelecia-se contratos de autonomia com as escolas e estas voluntariamente iam-se associando a uma análise comparativa dos resultados, mas com várias leituras".

A ex-secretária de Estado da Educação alertou ainda para um dos efeitos perversos dos *rankings* que, segundo disse, consiste em "empurrar" as escolas a levar a exame apenas os alunos excelentes, de forma a terem boas posições nas listas.

Os *rankings*, adiantou, "devem ser feitos na perspectiva construtiva, como um elemento útil para as escolas" e não como se se tratasse de um "concurso das panelas", frisou, acrescentando que "não estamos a falar da Liga dos Campeões".

**EDUCAÇÃO**

# RANKING EMPOBRECE AVALIAÇÃO DAS ESCOLAS

Em defesa da valorização do trabalho desenvolvido nas escolas falou o deputado socialista António Braga, sexta-feira, por ocasião da discussão parlamentar sobre o decreto do Governo que suspende a revisão curricular no ensino secundário.

**Governo aposta no imobilismo estrutural**

Na opinião do parlamentar do GP/PS, "o Governo agiu da forma mais precipitada e demonstrou impreparação para dar sequência a um dos projectos mais ponderados que o sector da educação conheceu".

Recordando que a melhoria da qualidade do ensino secundário depende do equilíbrio e exequibilidade dos programas, limitados a saberes essenciais e em torno de problemas da actualidade, com contextos significativos para todos, por forma a desenvolver competências próprias", Braga salientou o processo de revisão encetado em 1997 e que foi produto "de consultas e debates a nível nacional". Rejeitando liminarmente o argumento

financeiro, o deputado defendeu que "não há razões para a decapitação do investimento em educação", mesmo num contexto de dificuldades orçamentais. É que, esta visão "puramente mercantil", mesmo a curto prazo, sairá cara, pois "será liquidada em espécie, sendo que a espécie aqui são, infelizmente, as pessoas mais jovens". Ao chamar ao Parlamento o decreto que suspende a revisão curricular, a bancada socialista visava abrir o confronto com uma orientação de política educativa que, no entender de António Braga, "não radica em nenhuma ideia, mas apenas se limita a uma mera abordagem gerencialista de um sistema educativo que clama reorientação".

"Ninguém sabe o que pretende o Governo. Em permanente contradição assiste-se à introdução casuística de uma ou outra disciplina, instalando-se a incomunicabilidade disciplinar, num currículo errático", observou o deputado, que classificou como "preocupante" o facto do Executivo retroceder para o que chamou de "imobilismo estrutural" face às múltiplas inovações introduzidas pela governação socialista.

MARY RODRIGUES

JOEL HASSE FERREIRA

# ORÇAMENTO PARA A RECESSÃO

Vassalo de dogmas liberal-conservadores há muito ultrapassados, o Governo propõe para 2003 um Orçamento de Estado (OE) que relança o desemprego e cria condições ideais para uma recessão já a curto prazo.

Joel Hasse Ferreira critica, em entrevista ao "Acção Socialista", a "cegueira orçamental" do Executivo, ao mesmo tempo que qualifica como "erro" o depósito de todas as esperanças de reanimação económica numa variação positiva ao nível das exportações.

Para o coordenador socialista da área das finanças da Comissão parlamentar de Economia e Finanças, a proposta de OE carece de medidas efectivas de combate à fraude e evasão fiscais, beneficiando magnatas, sacrificando desfavorecidos, pelo que é socialmente injusta e imoral. Quanto ao "choque fiscal", Durão Barroso meteu-o na gaveta, para o prometer de novo na próxima campanha.



**Porque é que o PS considera que a visão do Governo relativamente às contas públicas resvala para a cegueira orçamental?**

O Governo actual não entendeu o relacionamento entre a esfera económica e a política orçamental. Este Orçamento reduz o investimento público, cria condições para a diminuição do investimento privado e limita drasticamente o investimento dinamizado pelas autarquias. Provoca a redução dos salários reais e diminui os rendimentos disponíveis das famílias. Agrava a carga fiscal sobre os cidadãos, alivia os especuladores e aumenta na prática a tributação sobre muitas empresas. Com tudo isto, cria condições para a emergência de uma recessão, alimentada pelo desinvestimento e pela redução da procura interna.

Por outro lado, há um atentismo, uma confiança na retoma económica europeia que condiciona o realismo do cenário macroeconómico, desconfiando das potencialidades endógenas do nosso desenvolvimento. A não se confirmar a previsão das exportações, (por muita gente considerada irrealista) todas as projecções económicas e as previsões de receitas cairão pela base.

Em suma, o Governo procura controlar o défice mas por caminhos errados e até irrealistas, podendo estar a criar uma

situação global de estagnação económica. A obsessão orçamental impede-o de ver a realidade económica.

**Um Orçamento de Estado dito de rigor tinha necessariamente de ter consequências tão graves para a grande maioria dos trabalhadores portugueses?**

De maneira nenhuma. A forma como se trata neste Orçamento de Estado a questão dos impostos é um dos aspectos profundamente negativos para os trabalhadores. Por outro lado, o avanço do desemprego (prevendo desde já o Governo um aumento de 25 por cento no montante dos subsídios) é assumido pelo Orçamento de Estado.

O actual Governo optou por penalizar os trabalhadores portugueses e as suas famílias, bem como os reformados e pensionistas, e muitos pequenos e médios empresários. Não cumprirá as promessas de aumentos de pensões e agrava de forma desequilibrada os pagamentos por conta. É um Orçamento que distribui os sacrifícios de uma forma socialmente injusta e até imoral.

**E para as pequenas empresas, era mesmo indispensável o previsto brutal aumento nos pagamentos especiais por conta?**

Não era de forma nenhuma indispensável. Trata-se da concretização de uma estratégia

de "sacar" todas as receitas que se possam obter. A direita, quando na oposição, levantou bastantes reservas à aplicação do sistema de pagamento por conta. Hoje, no Governo, cria dificuldades a muitas empresas com os brutais aumentos de cobrança prevista. O Orçamento aumenta o valor da percentagem a pagar por conta, alarga a base de incidência e inclui um número muito mais alargado de empresas nesse sistema.

**Quais as críticas que se podem legitimamente fazer ao previsão de crescimento salarial de dois por cento e ao agravamento da carga fiscal, nomeadamente do IRS? Onde ficou o choque fiscal?**

O chamado "choque fiscal" ficou na gaveta, para um período mais próximo dos eventos eleitorais, se, entretanto, a economia portuguesa reanimar, o que o actual Governo não está a facilitar. O crescimento salarial de dois por cento, a verificar-se, ficará certamente abaixo da inflação, o que será uma das causas da redução do poder de compra dos cidadãos e das famílias. Por outro lado, a manutenção da taxa máxima do IVA em 19 por cento significa um ónus sobre os consumidores que tem um efeito económico negativo.

Quanto ao IRS, a modificação dos escalões num valor inferior ao previsto para a inflação

prejudica boa parte dos contribuintes. O PS tinha, por várias vezes, no Governo, descido as taxas de IRS para a maioria dos contribuintes. Para além disso, o Governo do PS, com Sousa Franco nas Finanças, modificou o sistema de deduções de encargos de carácter social, nomeadamente com a Saúde. Aumentou-se muito o número de contribuintes isentos (em centenas de milhares) e a redução do IRS feita com Pina Moura nas Finanças, consolidou a descida desse imposto, o que diminuiu o peso do próprio IRS no conjunto das receitas.

**Há neste Orçamento medidas que apontem para o efectivo combate à fraude e à evasão fiscais?**

Não se detectam medidas orçamentais apontando para o efectivo combate à fraude e evasão fiscais. Parece até que este Governo abandonou completamente a luta contra a fraude e a evasão fiscais. É uma das áreas onde se poderia programar um combate sério que parece não interessar este Governo. Durante vários anos, com o Governo do PS, aumentou-se séria e gradualmente a eficiência fiscal, sem aumentar as taxas dos impostos (reduzindo-as até em vários casos). Surgem várias indicações no sentido de que a manutenção da taxa de IVA encorajou o aumento das fraudes.

Até que ponto esta atitude se deve a incapacidade de controlar a máquina fiscal, a impotência política, a cumplicidade com os evasores fiscais ou à ideia de ter uma folga pretensamente oculta, veremos nos próximos tempos, acompanhando cuidadosamente a evolução das cobranças fiscais durante o ano de 2003.

**Sendo claramente abusiva a declaração de um ministro do Governo de que este Orçamento ainda é socialista, com a actual conjuntura económica nacional e internacional, o que fariam os socialistas se estivessem no Governo e que a coligação PSD/CDS não faz neste tanto em Portugal como no mundo?**

O ministro Morais Sarmiento devia estar-se a referir ao facto de muitos dos investimentos que estão programados terem sido decididos ainda pelo Governo socialista e que seria criminoso e caro interromper a sua execução. Agora, interessa referir que muitos projectos que estavam em avançada elaboração, foram abandonados, com graves prejuízos para o País. Incluindo mesmo projectos que tiveram o apoio local, regional ou nacional de dirigentes, autarcas e deputados do PSD. A parte que Morais Sarmiento diz "socialista" no Orçamento é boa. Praticamente tudo o resto é mau!

**É acertado, perante uma conjuntura depressiva, depositar quase exclusivamente a esperança do crescimento económico num aumento excessivamente optimista exportações?**

É um erro depositar a esperança num aumento que muitos (nomeadamente o Conselho Económico e Social) consideraram excessivamente optimista das exportações. E isto porque o comportamento dos mercados europeus e norte-americanos pode não corresponder ao esperado, no cenário apresentado no Orçamento. Por outro lado, as empresas portuguesas que vendem para o mercado interno, podem ter sérios problemas de carácter económico e social. Muitas dessas empresas não têm condições de reorientar os seus canais de comercialização para o exterior nem de reconverter as suas produções de bens ou de fornecimento de serviços, com esse objectivo.

**Corre Portugal o risco de uma estagnação prolongada ou mesmo de uma recessão derivadas dos efeitos perniciosos da política orçamental e das expectativas económicas?**

Em Portugal, esta política orçamental pode provocar uma recessão já no próximo ano, com o arrefecimento da economia, a qual poderá conjugar-se com uma estagnação económica prolongada, da qual este Governo não terá grandes condições para o arrancar. Nem político-sociais, porque diminuiu a confiança dos cidadãos e das empresas, nem económico-financeiros, porque agarrado a dogmas liberais-conservadores ultrapassados.

**A reforma fiscal deste Governo vertida no OE é a aniquilação da reforma levada a cabo pelos governos do PS. Qual o comentário que esta situação lhe oferece e, por outro lado, como interpretar o fim da tributação das mais-valias em bolsa?**



O fim da tributação das mais-valias em bolsa não tem grande impacto imediato dada a situação actual, mas tem um profundo significado social, económico e político. Porque significa a preferência pela tributação do rendimento do trabalho, da procura e do consumo de bens e de serviços, isentando outro tipo de ganhos, nomeadamente de carácter puramente financeiro ou até especulativo.

**As fortes reduções no investimento vão pôr em causa a aplicação do III QCA. Defendem economistas do PSD que é preferível não usar os fundos do que vir a pagar multas por se ultrapassar o défice. É esta a estratégia adequada ou está-se, uma vez mais, perante uma exagerada dramatização com vista a colmatar deficiências do próprio Governo e que se destina a alijar responsabilidades próprias?**

Está-se perante um Governo que não consegue compatibilizar, de forma articulada, actuações que deveriam ser integradas em vários domínios. A resolução do problema do défice, numa perspectiva de controlo orçamental, tem de ser conjugada com uma estratégia de desenvolvimento económico, no âmbito da qual se poderiam integrar todos os investimentos comparticipados. Hoje, o Governo oscila entre a perspectiva de deixar cair fundos comunitários pela falta de comparticipação autárquica ou da componente nacional (no PIDDAC) e o medo

de não se atingir os objectivos orçamentais. Pode ser uma dramatização, mas pode também ser a consciência da incapacidade

em cumprir, em clima recessivo, os objectivos orçamentais.

**Como o interpreta o facto do Ministério da Economia ter um acréscimo na ordem dos 30 por cento, e as perspectivas de crescimento económico serem quase nulas?**

São 30 por cento que irão provavelmente financiar clientelas, desperdícios e ineficiências do Ministério da Economia. Sobe significativamente a verba afecta ao Ministério da Economia, mas não está previsto que a economia portuguesa cresça. Estão a desestruturar organismos do Ministério e a fazer contratações milionárias, em vários casos inadequadas.

**Do ponto de vista da análise, como vê estes seis meses de governação de direita?**

A execução orçamental do final do 3.º trimestre poderá dar-nos uma visão mais precisa. Em qualquer caso, conseguiram:

- Afastar boa parte dos quadros dirigentes da Administração, sem apresentar nenhum projecto, nenhuma ideia de reestruturação.
- Lançar o País num clima socialmente depressivo, criando condições para uma recessão económica.
- Desprestigiar Portugal em vários organismos internacionais, pelas confusões armadas em torno das contas públicas.
- Reduzir a concretização do investimento público.
- Relançar o desemprego.
- Desorientar os trabalhadores da Função Pública.
- Preparar a empresarialização (para posterior privatização selectiva) de áreas significativas do sector da saúde.
- Iniciar o desinvestimento na educação.
- Criar um clima de instabilidade na Segurança Social, prevendo-se futuras ameaças à sustentabilidade do sistema.

Em suma, um balanço bem negativo.



DEBATE NA CONCELHIA DE LISBOA

# DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS GERA CONSENSO

A última proposta de revisão da Declaração de Princípios, elaborada com uma ampla participação dos militantes e estruturas do partido, é cada vez mais consensual no interior do PS. Esta foi a principal conclusão do debate organizado pela Concelhia de Lisboa, no auditório novo da Assembleia da República. Moderado por Miguel Coelho, o debate teve como principais intervenientes os camaradas Augusto Santos Silva, Vítor Ramalho e Ana Cristina Costa.

Relator da proposta de revisão, Augusto Santos Silva, fez "um exercício de interpretação pessoal" da Declaração de Princípios, que classificou como "cartão de apresentação do PS", começando por sublinhar que o texto incorpora duas posições-chave: "o conceito de que socialismo e democracia são indissociáveis, na perspectiva de que o socialismo aprofunda a democracia" e "a opção básica pela justiça social, a favor dos cidadãos independentemente da sua origem, no quadro de uma política redistributiva".

O antigo ministro da Cultura do último Governo do PS sublinhou, por outro lado, que a Declaração de Princípios, que deve ter "uma lógica de máximo denominador comum", consagra nove novos elementos que "podem enriquecer a prática do PS".

Um desses elementos, referiu, é tomar a globalização como quadro de referência. "É uma exigência do PS lutar contra este modelo desregulado de globalização neoliberal sem se fechar no entanto em atitudes proteccionistas", disse.

De entre os novos princípios do PS, Augusto Santos Silva referiu-se ao desenvolvimento sustentável, salientando que se "deve valorizar mais as políticas ambientais", o que implicará "rever profundamente as práticas autárquicas". Quanto ao serviço público, outro dos valores agora defendidos na Declaração de Princípios do PS, disse que o objectivo central deve ser "garantir uma melhor acessibilidade e qualidade aos utentes, nomeadamente nos sectores da educação e saúde".

Também o conceito de "boa governação", entendido como "a regulação institucional da economia", no quadro de um "governo transparente", faz agora parte do bilhete de identidade do PS, tal como as questões de soberania - segurança e justiça -, disse Augusto Santos Silva.

O antigo ministro da Cultura adiantou ainda que



a Declaração de Princípios consagra novas questões como a paridade nas relações entre os géneros, a inovação e a diversidade.

## A bússola

O deputado socialista Vítor Ramalho, outro dos oradores convidados para o debate, começou por considerar que "a Declaração de Princípios é a bússola que vincula aqueles que aderem ao partido", partindo depois para uma série de reflexões sobre temas da actualidade nacional e mundial.

Afirmando-se "profundamente preocupado como

cidadão" com algumas questões como o eventual ataque dos EUA ao Iraque, sem mandato da comunidade internacional, a guerra adormecida entre a Índia e o Paquistão, e o desnorte da Europa, patente na forma como se posicionou face à questão do TPI, Vítor Ramalho salientou que um dos males do PS "radica no facto de não ter promovido qualquer reflexão após a queda do Muro de Berlim e o fim do mundo bipolar".

"Não pensámos sobre nada do que mudou e estamos em vias de perder todos os elementos de soberania nos sectores estratégicos da economia", apontou o ex-secretário de Estado da Economia do Governo PS, alertando para o facto

de as telecomunicações, a energia e as águas poderem sair a prazo do controlo nacional, ficando o País "sem nenhum instrumento de soberania". Para o deputado do PS, "um partido de esquerda tem de ter uma posição sobre este problema. Sectores estratégicos nacionais devem estar sob domínio nacional".

Vítor Ramalho defendeu ainda que o PS deve defender o livre comércio, mas acrescentando o princípio da "reciprocidade no tratamento da concorrência".

"Os espanhóis já dominam as obras públicas, a construção civil e os bancos, sem que haja qualquer reciprocidade", disse.

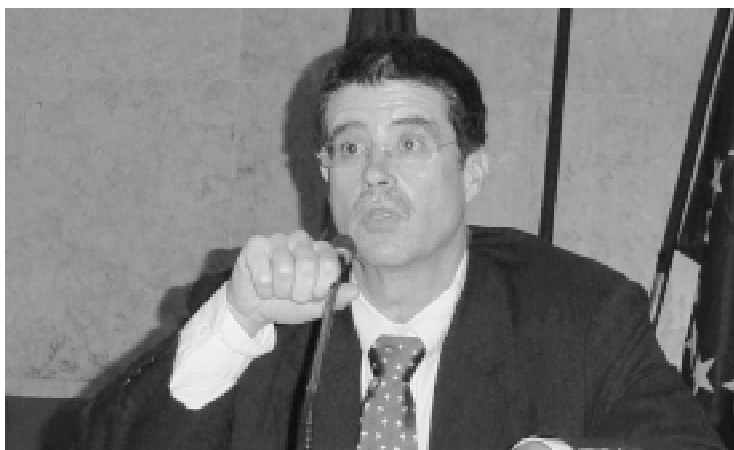
Por outro lado, Vítor Ramalho referiu que na sociedade de informação aberta em que vivemos, é necessária uma reflexão sobre o que é ser militante e cidadão, sendo preciso harmonizar estas duas condições.

## Falta utopia

Por sua vez, Ana Cristina Costa, da Comissão Política da Concelhia de Lisboa, elogiou o processo de elaboração da Declaração de Princípios, "em que as pessoas foram ouvidas e as sugestões aceites". O texto final, adiantou, "é flexível, mas também delimitado nos grandes valores socialistas".

Moderador do debate, Miguel Coelho não resistiu a dar a sua opinião, afirmando que "a Declaração de Princípios não tem chama e não galvaniza os militantes, faltando-lhe um pouco de utopia".

J. C. CASTELO BRANCO





FLORBELA BENTO

# MÃO DE FERRO COM RIGOR

**O PS tem que sair para a rua e denunciar de viva voz as malfeitorias e as trapalhadas deste Executivo. Oposição de agitação é o que Florbela Bento defende perante um contexto governativo pautado pelo défice democrático, pelo autoritarismo, pela falta de critério e onde parece querer instalar-se o medo de falar e criticar.**

**Face a uma política de aparências, do esbanjamento descarado para alguns e de austeridade "para a maioria", a militante da Secção de Campo de Ourique reclama, em conversa com o "Acção Socialista", uma mão de Ferro, com rigor.**

Disponibilidade e trabalho são dois elementos imprescindíveis para a militância partidária que Florbela Bento quer exercer na secção do PS de Campo de Ourique onde entrou, para ficar, pela mão do camarada Flávio Fonte, há cerca de dois anos e meio.

"Desde sempre" uma assumida simpatizante com os princípios e valores preconizados pelo Partido Socialista, a Florbela, ainda em época de governação socialista, entendeu que "já era tempo de fazer qualquer coisa pela sociedade" e de "ser mais activa", para poder denunciar o que está a ser mal feito, mas também para apresentar propostas.

Sobre os seis anos em que António Guterres esteve à frente dos destinos de Portugal, a militante destaca os progressos alcançados ao nível da política e dos direitos sociais.

"Torna-se agora muito mais evidente, por comparação com o actual Executivo, com o PS no poder, as questões económicas não se sobrepõem às problemáticas sociais", disse. Mas, "como não se pode agradar a gregos e a troianos", Florbela Bento não foge à crítica da actuação do Governo socialista, lamentando algumas hesitação na concretização das políticas e aquilo que chamou "excesso de democraticidade" a propósito dos "jobs for the boys".

"Ao contrário do PSD, o PS não se rodeou de elementos da sua cor partidária", recorda a Florbela, para quem esta atitude custou alguma estagnação e, inclusive, alguma sabotagem. Todavia, a camarada de Campo de Ourique não "alinha" na estratégia do "tira-te lá para eu me pôr", nem no método dos "despedimentos por fax" que, garante, tem sido a marca laranja deixada, nos dias que correm, nos diversos departamentos da Função Pública.

A lógica da destruição sem critério que tem sido seguida pelo Executivo de coligação PSD/PP face ao trabalho feito pela anterior governação também merece o categórico



## PERFIL

Nome  
**Florbela Luciano Bento**

Idade  
**35 anos**

Ocupação  
**Funcionária pública no Ministério do Ambiente**

Hobbies  
**Ler, ver televisão e cinema, ser mãe**

Militância  
**Inscrição no PS a 3 de Maio de 2000**

Referências socialistas  
**António Guterres, Mário Soares e Flávio Fonte**

repúdio desta camarada.

"Ao que parece, o grande desígnio do Governo é pegar em todos os diplomas feitos aprovar pelo PS e destruí-los, sem se dar ao trabalho de

os estudar e analisar a sua utilidade", denuncia, para quem tudo isto faz parte de obsessivo "anti-socialismo" primário.

Segundo Florbela Bento, em apenas seis meses de governação de direita a Função Pública portuguesa ficou "de rastos", criticando fortemente a política de reformas que deitaram por terra as expectativas de uma grande fatia de trabalhadores com carreiras já concluídas. A estagnação em termos de progressão e valorização profissionais são, no entender desta militante, características de uma política laboral para o sector público que não considera a motivação como factor propiciador de qualidade e eficiência no serviço.

Manifestamente surpreendida pela apatia com que a população encara o cenário "desastroso" que se adivinha para 2003, a Florbela não hesita em dizer que "este é um Governo dos ricos e dos patrões".

"Estão a acabar com a Segurança Social. Os trabalhadores defrontam-se com os contratos *ad eternum*. A saúde está a ser privatizada, o que equivale a dizer que só será assistido quem tiver dinheiro para pagar cuidados médicos. Ninguém percebe qual é a política de Educação que querem implementar e o problema dos professores é um escândalo", frisa Florbela, para quem o balanço da actuação governativa é "sem dúvida muito negativa".

Visivelmente "insatisfeita" com as opções tomadas pelo Executivo em matéria de relações externas e no *dossier* europeu, a camarada de Campo de Ourique critica o apoio de Barroso a um ataque unilateral dos americanos contra o Iraque e o "oportunismo vedeta" do primeiro-ministro nos eventos sociais da vizinha Espanha, sem esquecer a forma pouco criteriosa com que tem "oferecido de bandeja" a Base das Lajes, nos Açores.

No contexto europeu, Florbela sublinha a falta de uma estratégia de defesa dos interesses de Portugal, concluindo: "Estamos entregues aos senhores da Europa".

Quanto à moralidade política do nosso país, a militante confessa-se escandalizada com as polémicas em torno da Universidade Moderna e do alegado envolvimento do ministro da Defesa, Paulo Portas, bem como pela falta de desconfiança e a insegurança geradas pela falta de esclarecimento no caso da Polícia Judiciária.

Apesar de tudo, Florbela Bento não arrisca previsões quanto a um divórcio neste casamento por conveniência entre o PSD e o PP. É que, evidentemente, esta união baseia-se num profundo e inabalável amor pelo poder. Do PS e do seu líder, a militante socialista espera uma oposição mais interventiva e firme.

MARY RODRIGUES

## AUTONOMIAS

# TEMPESTADE NOS AÇORES BONANÇA NA MADEIRA

O Executivo açoriano vai avançar para tribunal com um recurso por considerar que o Governo da República não respeitou o previsto na Lei das Finanças das Regiões Autónomas.

No cumprimento escrupuloso do Orçamento rectificativo, que aumentou as despesas correntes de 2002 dos 6,4 para os 14,5 por cento, os Açores deveriam receber mais 15 milhões de euros.

Neste contexto, o secretário regional das Finanças, Roberto Amaral, reivindicou igualmente "a pronta transferência de 17,5 milhões de euros para o processo de reconstrução das ilhas" do Pico e do Faial, afectadas pelo sismo de 1998.

O governo açoriano está a preparar também uma providência cautelar a enviar para o tribunal no sentido de evitar a venda em hasta pública do património do Estado existente no arquipélago.

De acordo com o Estatuto Político-Administrativo dos Açores e da Madeira, o património desafectado ao Estado passa automaticamente para posse da região. Porém, o Governo da República, aquando da decisão de vender vários edifícios públicos existentes nos Açores, não teve em conta, segundo Roberto Amaral, esta leitura, o mesmo não



acontecendo na Madeira, onde Durão Barroso anunciou a cedência de uma parte importante do acervo patrimonial localizado na ilha para a posse do executivo de Alberto João Jardim. Mas, as diferenças não se ficam por aqui. Barroso foi ao Funchal fazer o que muitos classificaram como "a negociata madeirense", visando a aprovação do próximo Orçamento de Estado para 2003.

A estratégia de chantagem de Alberto João Jardim valeu-lhe a promessa de concretização de 38 medidas de beneficiação deste bastião laranja, entre as quais se destacam a afectação de 75 milhões de euros, curiosamente, a quantia que o PSD/Madeira reivindicava como

plafond de endividamento.

O pacote de compromissos assumidos formalmente pelo primeiro-ministro permitirão a Jardim tutelar três sectores que sempre considerou cruciais para a consolidação do seu "projecto autonómico": Justiça, Finanças e Comunicação Social, com a "autonomização dos centros regionais da RTP e RDP.

Assim, o chefe do governo regional madeirense consegue finalmente um controlo político total da televisão e da rádio públicas. E, enquanto o seu homólogo açoriano, Carlos César, recusa oferta semelhante por não ter "qualquer apetite" pelo controlo dos *media* regionais e por considerar que o serviço público é uma obrigação do Estado em todo o País, o *sui generis* Jardim não tem pudor em reconhecer que com tal tutela pretende ver ainda mais difundida a sua imagem e a do PSD, excluindo as iniciativas da oposição nos serviços noticiosos.

Para "pôr em ordem a RTP-Madeira", Alberto João Jardim vai sanear jornalistas menos subordinados e substituir responsáveis, no que constitui uma evidente ameaça às condições democráticas de liberdade de Imprensa. Entretanto e enquanto a satisfação de Jardim faz pensar que o "apertar do cinto" proposto

por Durão Barroso face à "crise" que o País atravessa não será aplicado na Madeira, nos Açores navega-se com "maré baixa" e ventos de austeridade.

Segundo Carlos César, o comportamento do PSD/CDS-PP tem revelado a intenção de "criar problemas" à governação socialista açoriana, tendo já na mira as eleições regionais de 2004 que, por essa razão, "vai merecer perder".

Perante a denúncia dos tratamentos de desfavor do Governo da República para com o arquipélago governado pelo socialista César, Durão Barroso alegou que um pacote de medidas como o anunciado para a Madeira não foi previsto para os Açores por falta de iniciativa desta região.

Os governo açoriano desmente categoricamente a afirmação do primeiro-ministro e o secretário regional das Finanças garante que desde o começo da presente legislatura foram apresentados vários projectos ao Executivo de Lisboa.

"Eu próprio entreguei pessoalmente à senhora ministra das finanças, que só me recebeu depois de eu ter enviado quatro cartas, um memorando onde constam algumas medidas que agora foram anunciadas para a Madeira", garantiu Roberto Amaral.

MARY RODRIGUES

## GONDOMAR

## PS ACUSA VALENTIM LOUREIRO DE FAVORECER O BOAVISTA

O PS/Gondomar acusou o Executivo camarário de manter "ligações obscuras e promíscuas" com o Boavista Futebol Clube, anunciando que vai remeter a questão para o procurador geral da República para investigação.

"Vamos apresentar junto do procurador geral da República um pedido de intervenção e de investigação urgente das ligações obscuras entre a Câmara de Gondomar, os seus dirigentes e o Boavista Futebol Clube", anunciou Ricardo Bexiga, vereador socialista. Em conferência de Imprensa, o vereador referiu a recente aprovação de um protocolo em que a autarquia atribuiu um subsídio de 50

mil euros ao Boavista.

"Na Câmara de Gondomar instalou-se uma organização tentacular que põe em causa a independência, a legalidade e a imparcialidade das decisões dos órgãos municipais", acusou.

Nesse sentido, recordou que Valentim Loureiro é presidente da Câmara de Gondomar e presidente honorário do Boavista, além de ser pai do actual presidente do clube, lembrando ainda que, José Oliveira é vice-presidente da autarquia e também vice-presidente da Assembleia Geral do clube axadrezado, enquanto o assessor para o

desporto na autarquia, José Santos, é também treinador de ciclismo do clube.

O vereador socialista frisou que o vereador Telmo Viana é o responsável financeiro da Liga de Clubes, a que preside Valentim Loureiro, acrescentando que Emanuel Medeiros, secretário-geral da Liga de Clubes, é marido da chefe de gabinete do presidente da Câmara, depois de também ter exercido este cargo.

"A situação agravou-se, com contornos de clara ilegalidade, quando a Câmara de Gondomar deliberou na última reunião atribuir um subsídio de 50 mil euros ao Boavista Futebol Clube", afirmou Ricardo Bexiga, para quem

este protocolo "traduz uma perigosa promiscuidade entre a Câmara e os seus actuais dirigentes políticos e o Boavista Futebol Clube".

Para o vereador socialista, "Valentim Loureiro, ao intervir num acordo que favorece uma entidade privada da qual é presidente honorário, e de que o seu filho é o actual presidente, viola os princípios de independência e da imparcialidade consignados na Lei das Incompatibilidades e dos Impedimentos dos Cargos Políticos".

Para Ricardo Bexiga, esta situação "implica uma sanção de perda de mandato".

## PORTO

## VEREAÇÃO SOCIALISTA CRÍTICA GESTÃO DE RUI RIO

Os vereadores do PS na Câmara do Porto acusaram o presidente da Câmara do Porto de ter "parado" a cidade, ao não lançar qualquer projecto nem permitir que os investidores o façam".

"A coligação liderada por Rui Rio tem vindo a transformar a cidade num caos urbanístico e administrativo. Os processos avolumam-se nos gabinetes e corredores. Não há despachos. A ideia com que ficamos é que a cidade parou", afirmou, em conferência de Imprensa, o vereador socialista Manuel Diogo.

Os autarcas do PS responsabilizaram o Executivo do PSD pelo "vazio" que se mantém há um mês em matéria de regulamentação urbanística, dado não terem sido ainda publicadas em "Diário da República" as Medidas Preventivas do Plano Director Municipal (PDM).

A vereadora Isabel Oneto considerou "gravíssimo" que o único documento que exista para servir de base à apreciação de projectos urbanísticos seja o PDM de 1993 e criticou a "discricionariedade" que as Medidas Preventivas "muito vagas" permitem.

"Há muitos processos que têm já deferimento tácito, mas que o promotor não o executa, porque quer ter uma relação sã com a câmara", denunciou Manuel Diogo, garantindo que tem conhecimento de causa sobre o assunto.

O vereador deu como exemplo as "torres" projectadas para a zona dos actuais silos da cimenteira Secil, junto ao Douro, pela imobiliária Imoloc (a mesma dos polémicos projectos junto ao Parque da Cidade).

O autarca socialista Rodrigo Oliveira criticou também Rui Rio e o vereador do Urbanismo,

Ricardo Figueiredo, por terem demitido um director municipal do urbanismo, que "foi logo aproveitado pela Câmara de Gaia", para ir buscar um substituto à autarquia de Viana do Castelo que "não conhece a cidade do Porto".

Rodrigo Oliveira lamentou também os sucessivos adiamentos da divulgação do projecto de novo PDM, criticando que ela esteja agora marcada para uma sessão pública na Biblioteca Almeida Garrett, sem que o documento seja antes levado a reunião de câmara.

**Ao empolar a questão do défice orçamental, transformando uma situação complexa de natureza instrumental no único problema da política económica, o Governo PSD/CDS adoptou uma estratégia bizarra em que, recorrendo à situação nunca antes verificada de fazer intervir o governador do Banco de Portugal na certificação das contas públicas, adoptou alterações metodológicas com grande efeito no valor do défice final registado.**

O Orçamento de Estado para 2003, já da plena responsabilidade do Governo PSD/CDS, permite tornar evidentes as prioridades da nova maioria, já antecipadas no Orçamento Suplementar de Maio agora já sem a justificação canhestra das limitações decorrentes do orçamento inicial para 2002 apresentado pelo XIV Governo.

Seis meses de política económica errada tiveram as seguintes consequências:

- Criação das expectativas económicas mais pessimistas desde 1986;
- Retração do crescimento do produto para valores inferiores a 0,5 por cento, prevendo-se um crescimento anual revisto em baixa para 0,4 por cento;
- Pela primeira vez desde 1995 Portugal terá em 2002 um crescimento inferior ao da média europeia, muito abaixo do crescimento da Espanha e da Grécia;
- Situação de crise em sectores com maior sensibilidade à conjuntura como são os casos do turismo, da construção civil ou do comércio;
- Ineficácia das medidas fiscais adoptadas, designadamente do aumento do IVA de 17 por cento para 19 por cento, as quais para além de penalizarem sobretudo as famílias de recursos mais escassos e as empresas cumpridoras não se traduzem no aumento de receita correspondente devido ao abrandamento da actividade económica.

Ao empolar a questão do défice orçamental, transformando uma situação complexa de natureza instrumental no único problema da política económica, o Governo PSD/CDS adoptou uma estratégia bizarra em que, recorrendo à situação nunca antes verificada de fazer intervir o governador do Banco de Portugal na certificação das contas públicas, adoptou alterações metodológicas com grande efeito no valor do défice final registado.

De alguma forma utilizando uma tática de quanto pior melhor o novo Governo pretendeu utilizar a conjugação da imputação de despesas pagas em 2002 à execução orçamental de 2001 com a alteração do método de determinação do défice para descredibilizar o PS e alargar a margem de manobra em 2002.

De facto o próprio relatório sobre as contas de 2001 afirma, reconhecendo a gravidade da situação orçamental, que se a metodologia não tivesse sido alterada o défice teria sido de 3,1 por cento.

Os erros de política orçamental ao provocarem uma paralisia do investimento e uma travagem brusca do consumo privado tem consequências igualmente nas receitas fiscais o que levou já o FM a prever um défice de 3,6 por cento em 2002.

Isto é, o Governo não só degradou a situação económica como se arrisca a não atingir os objectivos de redução do défice, o que já foi objecto de manifestação de preocupação pelo governador do Banco de Portugal.

#### OE/2003 – A solução mais fácil

A proposta de Orçamento é uma manifestação do primado da visão contabilística de curto prazo em que se adoptam as soluções mais fáceis, falta a estratégia e são agravados os problemas já detectados em seis meses de governação.

A proposta do OE/2003:

- Agrava a carga fiscal sobre os trabalhadores por conta de outrem ao actualizar os escalões do IRS

**Verdadeiramente a direita tem que ponderar e medir as palavras. Porque mais grave que o “crime em si”, é o discurso subliminar de alguma dela que apela para uma nova limpeza étnica, onde só se salvem as ideias sãs e os bons costumes!**

Não sei se todos os que me lêem conhecem de nome um senhor de nacionalidade francesa chamado Bertrand Delanoë. Não é erro básico de cultura geral, não saber verdadeiramente de quem se trata. Nem teria verdadeiramente grande importância se só o referíssemos como um velho militante do Partido Socialista Francês.

Acontece que o “camarada Bertrand” é o presidente da Câmara de Paris. Dizem as crónicas que é mesmo, neste século, o primeiro presidente de esquerda da capital francesa, tão marcada pelas presidências de direita, a mais conhecida de todos a do senhor Chirac, “ex-maire” de Paris, hoje Presidente da República.

Bertrand Delanoë, actual presidente da Câmara de Paris, foi, no sábado passado, alvo de uma selvática agressão à fachada, durante um acto cultural dentro da Câmara que governa. Na circunstância, tratava-se de partilhar com os seus concidadãos o êxito de uma iniciativa sua, a chamada *Noite Branca de Paris*, que abriu a todos os cidadãos a possibilidade de acederem gratuitamente aos mais significativos e importantes espaços culturais da capital durante toda a noite de sábado para domingo.

A ideia-base foi a de provar que a segurança de uma cidade se faz na liberdade e que qualquer noite pode ser tão segura como o dia desde que aproveitada como tempo de fruição para o convívio entre todos os cidadãos e para a partilha de bens e valores que ressaltam, talvez melhor, na penumbra ou nos recortes e efeitos do jogo de luzes.

Esta iniciativa, que se alastrou a outras cidades da Europa, marca a imaginação e criatividade de um presidente que é hoje um fenómeno de popularidade e adesão popular, cotando-se como uma das figuras de referência do Partido Socialista Francês, de forma incontornável, no próximo futuro.

Fenómeno singular, quando há pouco mais de um ano era considerado um cinzento e leal “compagnon de route” de Jospin, vegetando nos corredores do aparelho socialista incumbido de *balbuciar*, perante a hegemonia da direita na capital, algumas críticas de oposição aos mandatos

## 2003 – O ORÇAMENTO DA CRISE ECONÓMICA, DA INJUSTIÇA SOCIAL E DO ILUSIONISMO CONTABILÍSTICO

em apenas 2 por cento;

- Degrada a situação dos pensionistas mais pobres igualmente sujeitos à actualização de escalões e do limiar de isenção em 2 por cento;
- Mantém a taxa máxima do IVA em 19 por cento;
- Agrava os pagamentos por conta em IRC relativamente às pequenas empresas tributadas pelo regime simplificado;
- Adia as anunciadas reformas da tributação do património e do imposto automóvel;
- Favorece escandalosamente o sector financeiro ao isentar de tributação as mais-valias das Sociedades Gestoras de Participações Sociais;
- Esquece-se não só do choque fiscal prometido na campanha eleitoral como também dos incentivos às empresas anunciadas em Maio, salvo relativamente as vocacionadas para a exportação que poderão eventualmente beneficiar de uma dedução à colecta de 20 por cento do imposto liquidado.

Enquanto o PS garantiu ao longo de seis anos de Governo a redução do IRC de 36 por cento para 30 por cento e o desagravamento em IRS de mais de um milhão de contribuintes o Governo PSD/CDS anuncia o segundo aumento de impostos em seis meses.

Mas o Orçamento para 2003 abre novas frentes de agravamento das injustiças com graves consequências para o futuro do País:

- Redução do investimento em 15 por cento relativamente a 2002, com uma cativação adicional de mais 15 por cento;
- Congelamento do nível de endividamento das autarquias locais e das regiões autónomas, com consequências gravíssimas de perda de fundos comunitários e paralisação dos programas de habitação social;
- Instabilidade na função pública com a alteração do regime de aposentação impedindo a renovação e a qualificação dos trabalhadores da Administração Pública.

A evolução da situação económica condiciona a execução do OE/2003, o qual depende sobretudo da evolução das exportações, do mercado de capitais viabilizando as privatizações e da evolução da conjuntura internacional.

A própria ministra das Finanças reconheceu na Comissão de Economia e Finanças da Assembleia da República tratar-se de um orçamento impossível de realizar sem reformas profundas na Administração Pública sobre as quais nada disse.

Os portugueses não deixarão de estar atentos à avaliação política de quem ganhou as eleições prometendo baixar os impostos e continuar a aumentá-los degradando a situação económica e fazendo recair o esforço fiscal exclusivamente sobre os que já são hoje sacrificados.



**EDUARDO CABRITA**

## A NOITE ESCURA DE PARIS...

de Chirac e seus seguidores.

Acresce que Bertrand Delanoë é homossexual - nunca o negou - e, confrontado com a questão num dos principais canais da televisão francesa, declarou sem medos, em plena campanha eleitoral, a sua diferença. Nem por isso perdeu as eleições! Venceu com larga maioria, depressa fazendo esquecer a direita, há tanto tempo ali instalada.

Há muita grandeza neste camarada socialista. Lealdade, humildade, militância e coragem ao serviço de uma vontade de inovar e criar uma cidade, mais para os parisienses do que para os turistas.

Por isso, o energúmeno que lhe espetou várias fachada na barriga, quando se deslocava no interior do *Hotel de Ville*, atirando-o para as portas da morte, cometeu o crime de consciência tranquila: afinal, merecia outro destino, um “tipo” que sendo socialista e homossexual assumido, se atreve a ser o presidente da maior cidade de França?

Verdadeiramente a direita tem que ponderar e medir as palavras. Porque mais grave que o “crime em si”, é o discurso subliminar de alguma dela que apela para uma nova limpeza étnica, onde só se salvem as ideias sãs e os bons costumes!



**LUÍS MARINHO**

**JORNADAS PARLAMENTARES NOS AÇORES**

# SOCIALISTAS DISCUTEM FUTURO DA UNIÃO

“O futuro de Portugal – O futuro da Europa”, é o tema do encontro que juntará os grupos parlamentares do Parlamento Europeu e da Assembleia da República, para discutir os assuntos mais candentes colocados pela Convenção sobre o Futuro da Europa, o processo de alargamento em curso e as regiões ultraperiféricas no quadro do desenvolvimento europeu. O encontro realiza-se nos Açores, entre os dias 11 e 13 de Outubro, e terá na sessão de encerramento o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues.

O debate, promovido pela delegação socialista portuguesa no PE, realiza-se num momento crucial para a vida da União Europeia, precisamente quando começam a surgir os primeiros resultados do debate que decorre na Convenção sobre o Futuro da Europa e quando a Comissão Europeia aprova oficialmente a adesão de dez novos países, fazendo aumentar o número de Estados-membros de 15 para 25. Estas jornadas realizam-se na sequência dos encontros de reflexão que se efectuaram em Maio e em Setembro, que serviram para analisar e preparar as grandes questões a discutir agora



nos Açores, designadamente o impacto do alargamento em Portugal, o futuro dos Fundos Estruturais e o reflexo das políticas comuns agrícola e de pescas.

Estas jornadas parlamentares iniciam-se sexta-feira com uma intervenção do presidente da delegação do PS no Parlamento Europeu, Carlos

Lage, a que se seguem depois as de António Costa, líder da bancada parlamentar na Assembleia da República e de Carlos César, presidente do Governo Regional dos Açores. Sábado, da parte da manhã, será discutida a Convenção sobre o Futuro da Europa, coordenada pelo ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama. Participam os deputados Luís Marinho, Alberto Costa, Guilherme de Oliveira Martins, Sérgio Sousa Pinto e António José Seguro.

Da parte da tarde, o tema será integralmente preenchido com as consequências do alargamento, discutindo-se as questões sectoriais “As regiões ultraperiféricas face a uma Europa alargada”, “A reforma das políticas comuns agrícola e das pescas e “Competitividade da economia portuguesa”. Estes painéis são presididos, respectivamente, por Fernando Lopes, Capoulas Santos e Elisa Ferreira. As intervenções iniciais destes painéis ficarão a cargo de Duarte Caldeira, Dionísio de Sousa, José Apolinário, Paulo Casaca, Manuel dos Santos e Vítor Ramalho.

**MÁRIO SOARES**

## EUROPA A 25 DEVIA TER REFORMAS PRÉVIAS

“Gostava que o alargamento fosse precedido por reformas institucionais, como uma Constituição ou forças armadas europeias, que permitissem definir à partida o funcionamento de um espaço de 500 milhões de habitantes”, disse o eurodeputado Mário Soares, a propósito da confirmação, pela Comissão Europeia, de que 10 novos países estarão em condições de finalizar as negociações até ao fim do ano e aderir em 2004.

Mário Soares sublinhou que o maior peso da nova União Europeia na vida internacional pode ser afirmado mesmo sem um instrumento militar credível. No entanto, a inexistência de umas Forças Armadas europeias teria de ser compensado com uma vontade política que daria à União Europeia uma voz que ecoaria apoiada num potencial económico, financeiro e tecnológico incontornável.

O ex-Presidente da República considerou ainda que “os portugueses não poderão deixar de ser

solidários com os dez novos Estados democráticos da União, até por terem vivido um processo semelhante do qual retiraram múltiplos benefícios”.

Os 10 candidatos são a Polónia, República Checa, Hungria, Letónia, Lituânia, Estónia, Eslováquia, Eslovénia, Chipre e Malta.

**Vitorino alerta para riscos**

Portugal precisa de encarar o alargamento com a consciência dos riscos que ele comporta, particularmente devido aos padrões produtivos dos futuros Estados-membros, que são concorrenciais com os portugueses, disse o comissário António Vitorino, também a propósito da admissão oficial dos 10 futuros Estados-membros.

Além de irem partilhar os fundos estruturais de que Portugal tem beneficiado em larga escala nos últimos anos, os cidadãos desses países



apresentam também níveis educativos e de formação semelhantes ou mais exigentes do que os dos portugueses, disse.

Referindo-se à “nova União Europeia”, o comissário considerou que fica assim completado um ciclo de vocação idealizado depois da II Guerra Mundial, no sentido de abranger a maior parte do continente europeu, ao dar corpo a uma concepção de solidariedade entre Estados que aspiram a ter uma voz no mundo.

Mas António Vitorino também alertou para as “dificuldades escondidas que resultam dos níveis de desenvolvimento inferiores”. Em primeiro lugar, as necessidades de investimento maciças que implicará para a União a adesão dos dez países. As marcas do passado recente de autoritarismo e as necessidades absolutas de reformas institucionais, são as outras dificuldades que a União tem pela frente.



SÉRGIO SOUSA PINTO AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

# ACORDO COM OS ESTADOS UNIDOS ENFRAQUECE LEGITIMIDADE DO TPI

O recente acordo assinado entre a União Europeia e os Estados Unidos afastando os seus cidadãos da alçada do Tribunal Penal Internacional é uma contradição flagrante que põe em risco a ideia de igualdade perante a lei, considera, em entrevista ao "Acção Socialista", o eurodeputado Sérgio Sousa Pinto, membro da comissão das Liberdades e Direitos dos Cidadãos do Parlamento Europeu. Na sua opinião essa excepção contraria o espírito do acordo e enfraquece a legitimidade da nova jurisdição penal internacional.

**Não haverá uma contradição flagrante entre o empenho da União Europeia na criação do TPI e o acordo agora assinado com os Estados Unidos, deixando os seus cidadãos de fora da jurisdição do Tribunal?**

Há uma contradição flagrante que põe em crise a ideia de igualdade perante a lei, sem a qual é impossível construir uma comunidade de direito ou uma ordem internacional subordinada ao direito.

**O espírito e os objectivos do TPI ficam diminuídos com esta excepção aberta aos Estados Unidos?**

A excepção contraria o espírito do acordo e enfraquece a legitimidade da nova jurisdição penal internacional.

**Não se tratará de um precedente que poderá minar a sustentabilidade do próprio TPI no futuro?**

O TPI terá, por ora, um alcance limitado, mas exemplar.

**Quais as consequências para a credibilidade de todos as partes contratantes, isto é, da União Europeia enquanto instituição, dos Estados-membros individualmente e para**



## GUTERRES DIZ QUE PORTUGAL NÃO DEVE ASSINAR

Portugal não deve assinar qualquer acordo bilateral com os Estados Unidos atribuindo imunidade aos militares e diplomatas deste país, defendeu o Presidente da Internacional Socialista, António Guterres.

Na sua opinião, "os Estados Unidos estão errados e Portugal não tem de preocupar-se com o risco do presidente americano ficar melindrado com uma recusa portuguesa", considerou. O presidente da Internacional Socialista, que terça-feira esteve em Berlim para um encontro com o chanceler Gerard Schroeder, considerou que o TPI representa um passo em frente, porque, pela primeira vez, existiria um tribunal que não seria dos vencedores contra os perdedores.

**a própria imagem dos Estados Unidos, que até já foi alcunhado de "traticida" pelo escritor mexicano Carlos Fuentes?**

A Europa carrega o peso da culpa das atrocidades cometidas nas duas guerras mundiais que foram também civis europeias. Não tem uma atitude imperial, como os Estados Unidos. Mas este fracasso fragiliza a (ainda) incipiente política externa comum da União Europeia, uma vez que exprime um mau compromisso entre as diferentes prioridades dos quinze em matéria de política externa.

**É sensível aos argumentos dos Estados Unidos segundo os quais a sua recusa em assinar o acordo se justifica com o facto de considerarem que o TPI não deve ter jurisdição sobre cidadãos de Estados não signatários e por não haver mecanismos de supervisão do Tribunal e dos seus magistrados? Serão estas as verdadeiras motivações dos Estados Unidos ou haverá outras?**

Uma entidade reguladora do sector da panificação afecta, por definição os padeiros. Ora, estamos a falar do uso da força; são os mais fortes que se sentem ameaçados.

**Como interpreta a atitude do Governo português de anuência sem reversas à vontade dos Estados Unidos, primeiro em relação a um ataque contra o Iraque, e agora em relação ao TPI?**

No primeiro caso tratou-se de um gesto patético e vassalo. No segundo caso, a posição de Portugal alinhou com os demais Estados-membros, na decisão comum. Em todo o caso, espero que acordos bilaterais com os EUA não se venham a concretizar, pelo menos no que a Portugal respeita.

CARLOS LAJE

## TURQUIA MERECE INICIAR NEGOCIAÇÕES

"A União Europeia vai ou não dar resposta positiva à abertura do processo de adesão da Turquia?", pretende saber o eurodeputado Carlos Laje, presidente da delegação socialista portuguesa no Parlamento Europeu, numa pergunta escrita dirigida ao Conselho.

"As instituições europeias não podem continuar a protelar a abertura do processo de adesão da Turquia", sob pena do país se manter na eterna condição de candidato", afirma o eurodeputado. Para mais, afirma, as recentes reformas políticas decididas pelo parlamento turco inserem-se nos critérios de Copenhaga de respeito pelos Direitos Humanos, com base nos quais têm vindo a



realizar-se as negociações para os actuais candidatos ao alargamento.

Carlos Laje interroga o Conselho se não teme que o adiamento do processo de abertura da adesão venha a traduzir-se "num presente oferecido aos integristas e às forças anti-ocidentais turcas".

Se não houver decisão, "não será isso revelador de ambiguidade e, até, de má fé de alguns Estados?", interroga-se.

**Acordos de pesca com S. Tomé**

Carlos Laje, também membro da Comissão de

Pescas, será o responsável pelo relatório sobre a renovação do protocolo que fixa as possibilidades de pesca de navios comunitários nas águas de S. Tomé e Príncipe, bem como das respectivas condições técnicas e financeiras.

O relatório incidirá sobre o regulamento do Conselho que adoptou o protocolo renegociado, de acordo com o qual cerca de 60 embarcações portuguesas, francesas e espanholas poderão desenvolver a sua actividade piscatória na Zona Económica Exclusiva de São Tomé, mediante determinadas contrapartidas.

**AÇORES****GOVERNO DA REPÚBLICA  
ATENTA CONTRA A AUTONOMIA**

O líder do PS/Açores afirmou que o Governo da República constitui uma "calamidade política" para a região ao assumir uma atitude "contra a autonomia".

Num jantar comício em Ponta Delgada, Carlos César criticou o Executivo de direita por causa das transferências para as ilhas previstas no Orçamento de Estado de 2003 e que, segundo garantiu retiram, aos Açores vários milhões de euros.

Para o líder do PS/Açores, os açorianos sabem distinguir os "êxitos e progressos" já alcançados pelo Executivo socialista desde 1996, caso dos programas contra a pobreza, incremento do turismo, criação de 16 mil novos postos de trabalho e redução dos impostos e do tarifário da energia eléctrica.

Carlos César lembrou ainda que a "região tem um poder político em que nunca caiu uma única acusação de corrupção ou abuso de poder".

**GUARDA****PS CONTRA DIMINUIÇÃO  
DE VERBAS  
PARA O DISTRITO**

O PS/Guarda acusou o Governo do PSD/PP de apresentar um Orçamento de Estado para 2003 que "não promove a retoma económica".

Em comunicado, os socialistas afirmam que "ao contrário do que tem sido dito, existe uma redução do investimento público em relação a 2002" e dão como exemplos o sector rodoviário que sofre uma quebra de 17 por cento e o sector da habitação de 20 por cento.

Para demonstrarem esse desinvestimento no distrito, os socialistas exemplificam com dados concretos: "o valor dos investimentos para a Guarda baixou 9,1% em relação a 2002, chegando mesmo alguns investimentos importantes para o distrito, já em concurso, a desaparecerem do PIDDAC para 2003, como por exemplo a construção da ligação do IP5 a Trancoso, a construção da variante de Gouveia, as remodelações e beneficiações das estradas nacionais 233, 330 e 221 e a construção de vários quartéis da GNR".

Para o PS/Guarda o que é ainda mais inaceitável é o facto de "nem mesmo os compromissos eleitorais dos partidos que sustentam o Governo constarem do plano de investimentos para o distrito".

Segundo os socialistas, a transferência das verbas para as autarquias diminuiu drasticamente em relação a 2002, levando a que "sem possibilidade de contrair empréstimos, muitas autarquias não possam candidatar-se a fundos comunitários."

"No ano de 2002, o aumento a nível distrital para as autarquias tinha sido de 13,4 por cento, enquanto que em 2003 há municípios que recebem apenas 3,1 por cento de aumento como é o caso da Guarda", acrescenta ainda o comunicado do PS/Guarda.

**MADEIRA****JACINTO  
SERRÃO É O  
NOVO LÍDER**

Jacinto Serrão, o novo líder do PS/Madeira, eleito no fim-de-semana em sufrágio directo, disse ter como principal objectivo apresentar uma estratégia de governo para a região.

O novo responsável dos socialistas madeirenses alcançou 769 votos dos votos dos militantes que foram às urnas, contra 594 obtidos pelo outro candidato, João Carlos Gouveia, que se candidatou pela terceira vez à liderança.

Jacinto Serrão, 33 anos, é licenciado em Física pela Universidade da Madeira, onde é assistente convidado e professor efectivo do ensino secundário.

Em termos de carreira política, foi líder da JS-Madeira, deputado, presidente da Concelhia do partido no Funchal e, actualmente, ocupa o cargo de deputado na Assembleia Municipal desta cidade.

Afirmado querer ser "o presidente de todos os socialistas", Jacinto Serrão enunciou os seus principais objectivos: lutar contra o PSD, apresentar uma estratégia de governo para a região e conquistar a confiança do eleitorado.

**BAIXO ALENTEJO ACUSA****OE PENALIZA REGIÃO**

O Secretariado da Federação do PS do Baixo Alentejo acusou o Governo de penalizar esta região na proposta do Orçamento de Estado para 2003.

Num comunicado, os socialistas do Baixo Alentejo criticaram o documento do Executivo, nomeadamente os "aumentos dos impostos a pagar pelas famílias, a previsão do aumento do desemprego e o corte nos investimentos, que mostram claramente a política negativa e contrária ao progresso social do País."

Os investimentos do Estado para o distrito de Beja diminuem drasticamente, o que segundo a Federação "irá comprometer a concretização do desenvolvimento que estava em curso na região". As verbas previstas para o empreendimento do Alqueva com este Orçamento de Estado diminuem para metade, fixando-se em cerca de sete milhões de euros, em vez dos cerca de 16 milhões que estavam previstos pelo Governo do Partido Socialista.

**GAIA****SECÇÃO ORGANIZA CICLO DE DEBATES**

A Secção do PS/Mafamude organizou um encontro-debate "A mulher, a família e a paridade na realidade portuguesa" que contou com a presença da deputada socialista Maria de Belém e Maria José Gamboa, responsável no Porto pelo Projecto de Apoio à Família e à Criança.

A participação mais activa da mulher na vida social e política foi uma das exigências defendidas pelas duas intervenientes, que consideraram que o "panorama está a mudar".

Segundo Agostinho Santos, secretário-coordenador do PS/Mafamude, o debate "ultrapassou todas as expectativas, conseguindo conquistar o público presente", adiantando ainda que, os socialistas Alberto Martins, Guilherme d'Oliveira Martins, José Lello e Fernando Gomes serão os participantes dos próximos debates promovidos pela Secção.

**Se eu tenho razão, a dra. Ferreira Leite sente-se realizada, sempre que descobre, denuncia e combate uma "maldade" praticada por um socialista. Feitos!**

Na altura própria, afirmei que a atitude do Governo ao colocar perante a Comissão Europeia, da forma como o fez, a situação das finanças públicas em Portugal, era uma atitude insensata, incorrecta e lesiva do interesse nacional.

Com efeito, o Governo reportou para Bruxelas um défice orçamental de 4,1 por cento do PIB utilizando, integralmente, o nível mais exigente das normas contabilísticas definidas pelo Eurostat (Instituto de Estatística Europeia).

Tudo isto estaria bem se essa fosse a prática corrente e normal no contexto da União Europeia. Sucede que o não é, e por essa via, a República Portuguesa perdeu uma razoável margem de manobra, pois a sua situação negativa aparece extraordinariamente agravada, quando é posta em cotejo com os seus parceiros. O espanto que, aliás, tem causado sobre as autoridades técnicas da Comissão, o zelo do Governo português, é sintomático do grave erro que foi cometido, tendo em conta, sobretudo, a nossa credibilidade externa que já tínhamos e deveríamos manter.

Só que sendo insensata, incorrecta e lesiva do interesse nacional, a atitude do Governo não foi gratuita. Desde a primeira hora que o Executivo de Durão e, muito em especial, a sua ministra das Finanças, sabiam que a probabilidade de Portugal vir a ser, realmente, penalizado no quadro do procedimento dos défices excessivos, era muito pequena.

Em primeiro lugar, porque o processo decisório é lento e, nem sempre, totalmente claro.

Em segundo lugar, porque, assente que estivesse a poeira, inevitavelmente se juntariam a Portugal economias mais fortes, cuja evolução negativa apagaría as dificuldades das finanças públicas portuguesas. Afinal para que serve o prestígio europeu que Portugal foi gerando nos últimos anos, assente num inequívoco processo de modernização económica, de estabilidade social e de consciência europeia?

No curto prazo, pouco, terá pensado o Governo.

Mesmo a esperada reacção negativa dos mercados financeiros internacionais, poderia ser facilmente acomodada, desde que se mantivesse, como era previsível, a política draconiana do Banco Central Europeu na gestão da componente monetária.

Claro que a médio e longo prazo a história é outra e completamente diferente; dificilmente se apagará o descrédito de Portugal, no quadro da União Europeia, na sequência da insensata, incorrecta e leviana atitude do Governo.

Só que a longo prazo, terá pensado a dra. Manuela Ferreira Leite recordando o prof. Keynes, estaremos todos mortos.

Resta pois explicar o que ganhou o Governo com esta sua atitude.

Não deixo insistir em factores de natureza psico-analítica, que levam sistematicamente a dra. Ferreira

# COMPORTAMENTO INACEITÁVEL

Leite a estigmatizar e combater os socialistas. Deixo para os especialistas, estimulando-os à leitura crítica dos escritos e intervenções da actual ministra, a verdadeira interpretação do fenómeno. Se eu tenho razão, a dra. Ferreira Leite sente-se realizada, sempre que descobre, denuncia e combate uma "maldade" praticada por um socialista. Feitos!

Só que esta é a interpretação fácil.

E o Governo ainda não é dirigido pela actual ministra das Finanças.

Ora, desde início, foi muito claro, pelo menos para mim, que o actual primeiro-ministro tudo faria para criar e consolidar junto da opinião pública um ambiente de crise, irresponsabilidade e deterioração que justificasse as práticas governativas, por mais injustas que fossem, mas, nomeadamente, a nefasta alteração qualitativa que se está a proceder inexoravelmente na governação em Portugal.

Só num cenário de catástrofe, como tal reconhecido pela opinião pública, podia ser aceite a ruptura indecorosa com as promessas eleitorais de abaixamento de impostos e de criação de riqueza a um ritmo superior à média europeia.

Só um cenário de dificuldades amortecería a instabilidade social, que resultará inevitavelmente, das medidas de política desencadeadas que são claramente lesivas dos interesses de uma boa parte da população portuguesa.

E, finalmente, só um cenário de incompetência que fosse fácil, mas duradouramente, colado ao anterior primeiro-ministro, ajudaria a campanha de assassinato político de António Guterres que já está em curso tendo em vista as próximas eleições presidenciais.

Os socialistas têm cometido alguns erros, mas o principal é seguramente o de terem subestimado, desde o início, o dr. Durão Barroso.

Não seria de todo mal, se pudéssemos, prioritariamente, reflectir também um pouco sobre este assunto.



**MANUEL DOS SANTOS**

**É assim de importância crucial que o PS encete um processo de modernização da sua própria organização interna. Quer no sentido de uma maior abertura, quer no sentido de uma maior eficácia ao nível do trabalho político.**

A agenda para a renovação do PS começa a ganhar contornos definidos. Independentemente das soluções concretas que venham a ser aprovadas no próximo congresso, o que é mais importante neste momento é que o partido assuma colectivamente a necessidade imperiosa de mudar e que veja na renovação uma oportunidade irrepitível para lançar as bases de um novo paradigma de relacionamento dos partidos com a sociedade, mais aberto, mais democrático, mais transparente. O PS nunca teve medo de mudar, o reformismo faz parte do seu património político e ideológico. Mas mudar agora, por diversas razões, é particularmente importante.

Desde logo, porque o PS é hoje um partido que é depositário da confiança de quase 40 por cento do eleitorado, ou seja, tem a sua maior base de apoio de sempre em contexto de oposição. Este facto, por si só, lança sobre o PS uma enorme responsabilidade. Uma responsabilidade que é agravada pelo facto de o actual Governo estar apostado em radicalizar o discurso pela direita e em governar provocando rupturas e desequilíbrios entre os portugueses. Há, assim, hoje, uma enorme expectativa relativamente à capacidade de o PS se modernizar e de saber protagonizar um conjunto de aspirações sociais que ultrapassem largamente a sua esfera tradicional de representação de interesses. Num cenário em que o sistema político evoluiu para um esquema de alternância no poder de dois grandes partidos, exige-se do PS que tenha uma grande abertura aos problemas e anseios de uma grande fatia do eleitorado e, sobretudo, que seja capaz de se apresentar permanentemente aos portugueses como uma alternativa credível de Governo. Hoje, mais do que nunca, é essencial para a saúde da nossa democracia que o PS, não estando no poder, esteja sempre preparado para governar a qualquer momento.

Por outro lado, os partidos são um alicerce incontornável do sistema democrático. Em contextos de enfraquecimento dos partidos, da sua credibilidade e da sua influência, abre-se caminho para o discurso demagógico e populista que germina na periferia do sistema democrático e que se aproveita oportunisticamente das suas falhas, ameaçando um modelo social assente nos valores da solidariedade, da responsabilidade colectiva e da própria democracia liberal.

Ora, como é diagnosticado de forma unânime, os partidos não têm sabido suscitar a adesão e a cumplicidade das pessoas para a sua mensagem e para o seu projecto.

O que se explica, em parte, porque cultivam lógicas autofágicas de fechamento sobre si próprios e têm regras de funcionamento pouco transparentes e excessivamente burocratizadas. Os partidos, apesar de juridicamente serem entidades privadas, pelo seu papel constitucional enquanto pilares do sistema democrático, não podem ser clubes privados em que só participa e tem uma palavra a dizer quem se dispõe a cumprir pesados rituais iniciáticos de afirmação. Isto tem duas consequências muito negativas: por um lado, adensa o sentimento de desconfiança e de distanciamento por parte do eleitorado. Por outro, repele o envolvimento espontâneo daqueles que sendo próximos de determinado partido, designadamente do PS, não fazem nem querem fazer carreira política, mas que se interessam pela política e, sobretudo, pelas políticas. Neste capítulo, é fundamental que o PS consiga encontrar mecanismos suficientemente flexíveis e transparentes para que se possa assumir como um espaço privilegiado de intervenção cívica e política de todos aqueles que, na área da esquerda, se identificam com os nossos princípios fundamentais e com o nosso projecto para o país.

E, nessa medida, o partido tem que se reformar no seu modo de organização e de funcionamento, no sentido de um aprofundamento da democracia interna, de uma maior transparência no próprio processo de definição das posições políticas e de uma total abertura aos contributos e à participação de todos aqueles que, nos diversos palcos de intervenção cívica, social ou profissional, podem ajudar os partidos a tornarem-se mais permeáveis aos problemas e anseios dos portugueses. Quem quer participar

# OBRIGATÓRIO RENOVAR

deve encontrar nos partidos uma verdadeira via verde para o fazer. Quem não quer participar deve poder olhar para a mensagem dos partidos e perceber donde é que surge, porque é que surge e, transparentemente, que objectivos prossegue. É certo que o fenómeno do afastamento dos cidadãos relativamente à política, que tem como marca impressiva os elevados níveis de abstenção que se verificam em todos os países da Europa, não se deve exclusivamente aos partidos e à sua acção. Também aos portugueses em geral se deve pedir mais, no quadro de uma cultura de exigência e de responsabilidade colectiva pelos assuntos do país e da democracia. Mas enquanto os partidos não mudarem profundamente na sua forma de se relacionarem com as pessoas, não estão reunidas as condições que permitam legitimar uma tal exigência.

O PS, dando o exemplo neste desígnio democrático, tem de institucionalizar fórmulas que permitam o enquadramento e que fomentem a participação no trabalho político do PS, quer de não militantes que se identifiquem com os nossos valores e com a nossa acção política, quer de militantes cuja vontade de intervenção não se enquadre nos moldes da militância tradicional. Não são os portugueses com vontade de trabalhar com o PS que têm que formatar a sua vontade de participação aos nossos esquemas organizativos. Pelo contrário, é o PS que deve continuamente procurar ir ao encontro de todos aqueles que com o seu contributo podem enriquecer a nossa intervenção pública.

É assim de importância crucial que o PS encete um processo de modernização da sua própria organização interna. Quer no sentido de uma maior abertura, quer no sentido de uma maior eficácia ao nível do trabalho político.

Há boas ideias em cima da mesa para atingir este objectivo, que é do PS, mas que serve os portugueses e a democracia. Novos tipos de secções que agreguem militantes em torno de temas, de causas, de interesses comuns, e não apenas por área de residência. Abertura à participação no PS de não militantes. Clubes de política. Limitação de mandatos dos dirigentes. Incompatibilidade de cargos executivos. Ao nível da eficácia da nossa intervenção, a reorganização das estruturas dirigentes e clarificação da vocação executiva ou de orientação política dos diversos órgãos nacionais. São ideias que podem relançar o partido na senda de novas vitórias eleitorais, que a nossa história tem provado serem mais fáceis quando o partido se abre à sociedade, do que quando se vira para si próprio. Os Estados Gerais são um bom exemplo disso, temos agora a oportunidade para encontramos soluções que permitam que as pontes então estabelecidas com os sectores mais dinâmicos da sociedade ganhem um carácter mais institucionalizado e por isso mais permanente.

O debate que se tem vindo a desenvolver nos últimos meses dentro do partido deve orgulhar-nos a todos. Em muitos partidos, os debates internos caracterizam-se ou pela fulanização mediática ou pela resolução burocrática das divergências. Em nenhum partido o debate interno sobre questões essenciais como as regras de organização interna, os princípios fundamentais, ou as linhas de orientação estratégica se processou, até hoje, de forma tão aberta, tão participada e tão séria como o do PS agora.



**MARK KIRKBY**

# A SEMANA PREVISTA

Ferro Rodrigues deverá aproveitar o debate mensal de hoje na AR com a presença do primeiro-ministro para voltar a pedir a demissão de Paulo Portas.

Realiza-se hoje um colóquio sobre o "Plano Rodoviário Nacional 2000, um Plano em Risco", na Sala do Senado da Assembleia da República, tendo como moderador o deputado socialista João Cravinho.

O secretário-geral do PS apresenta no sábado, em Ponta Delgada, a sua Moção Global e propostas do Projecto de Estatutos e Declaração de Princípios que levará ao próximo Congresso de Novembro.

Sábado, 13 Outubro, é a data limite para a entrega das moções de orientação global e de propostas de alteração dos estatutos para serem presentes no próximo Congresso.

No próximo fim-de-semana realizam-se as Jornadas Parlamentares conjuntas dos deputados socialistas à Assembleia da República e do Parlamento Europeu, nos Açores, subordinadas às questões europeias.

Ao longo da próxima semana decorrem reuniões sectoriais no âmbito do Gabinete de Estudos do Partido Socialista.

O secretário-geral do PS inicia na 4ª feira, dia 16 de Outubro, um conjunto de reuniões pelas diferentes Federações do País, com vista à divulgação da sua moção ao próximo Congresso.

Jorge Sampaio termina sexta-feira a primeira visita oficial de um Presidente da República português à Finlândia, levando na sua comitiva vários empresários portugueses.

SEG.  
TER.  
QUA.  
QUI.  
SEX.  
SÁB.  
DOM.

## ACÇÃO SOCIALISTA

### INFORMAÇÕES ÚTEIS SECÇÕES DO PS ALEMANHA

**Hamburg**  
Margarethenstr, 62 - 20357 Hamburgo  
Tel: 0049541804572

**Osnarbruck**  
Sutthausen Str, 5 - 49080 Osnarbruck  
Tel: 0049541804572

**Ludwigsburg/Stuttgart**  
Rotweg 88 K - 70437 Stuttgart  
Tel: 00497118494609

**Singen**  
Schrotzburgstr,1 - 78244 Gottmadingen  
Tel: 0049773172351

### SECÇÕES DO PS BENELUX

**Haia**  
Diamanhorst, 283 - 2592 GG Den Haag  
Tel: 0703208850

**Roterdão**  
Sint Jacobstraat, 76 - 3011 de Rotterdam  
Tel: 010-4048634

**Luxemburgo**  
77, Route Luxembourg - L- 8077 Bertrange  
Tel: 00-352-311229



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

### FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**  
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**  
castelobranco@partido-socialista.pt

**Mary Rodrigues**  
maryr@partido-socialista.pt  
**Paulo Pisco**

Secretariado **Sandra Anjos**  
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**  
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**  
**José Raimundo**  
**Francisco Sandoval**

Internet **www.ps.pt/accao**  
E-mail **Accao.Socialista@partido-socialista.pt**

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**  
**Restelo - 1400-091 Lisboa**  
**Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240**

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal Nº 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**  
**Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa**



**Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**

Junto envio o valor da assinatura

**Quero renovar a assinatura**

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

**Acção Socialista**  
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo  
1400-091 Lisboa

**Nome**

**Morada**

**Localidade**

**Código Postal**

**Assinaturas**

**12 meses**

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

**O valor das assinaturas  
de apoio é livremente fixado  
pelos assinantes  
a partir dos valores indicados**